

ANDRÉ PEREIRA CATTANI

ESTRATÉGIAS COLETIVAS ADOTADAS PELOS PESCADORES ARTESANAIS
PARANAENSES NA DEFESA DE SEUS INTERESSES, COM DESTAQUE AOS
PESCADORES DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ-PR

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Oceanografia, com ênfase em Gestão Ambiental Costeira, Centro de Estudos do Mar, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Náina Pierri Estades

PONTAL DO PARANÁ
2006

Dedico este trabalho à minha Mãe, ao meu Pai e à
minha Paty....te amo

AGRADECIMENTOS

Realmente não é fácil escrever este agradecimento....

Gostaria de agradecer a Prof(a). Naína pela confiança depositada em mim e pela sua força e perseverança na busca de seus intermináveis objetivos acadêmicos, que me inspiraram nos momentos difíceis.

Ao Prof. Marco Fábio por ter cedido seu Laboratório nos momentos em que estava desprovido de “apetrechos” computacionais, onde pude desfrutar livremente de toda a sua estrutura e apoio.

Agradeço ao prof. Paulo Lana, pelos ensinamentos sobre ciência, interdisciplinaridade e literatura, bem como pela sua dedicação para com a Graduação.

Agradeço também ao Prof. Andriguetto pela bolsa de Iniciação Científica e pela sua corajosa atitude em relação à participação dos pescadores no projeto de Recifes Artificiais e Estruturas Anti-Arrasto (PPUAA); foram tantas emoções!

Gostaria também de agradecer à galera de casa, *dosmeu* Bruno, *dosmeu* Mike e Ana Luiza pelo companheirismo e pelas calorosas discussões filosóficas acerca dos temas mais complexos e instigantes.

À toda galera do curso de Oceanografia e à galera do surf: Junior, Birigui, Kassio, Daniel, Bruno, Guigo, Daniel Sun, Clark, Denny Boy, Dezinho, Digão, Marcelo, Tiago, Sil (membro honorário)....

A todas as meninas da sala, que “floriram” o CEM...

À Lú e ao Pedrão, pela sincera amizade vivida nestes anos de graduação.

À galera da Comissão organizadora da XVIII Semana Nacional de Oceanografia.
Conseguimos pessoal !!!!!!!

Ao João Paulo (Jason Button) e à Marina, pela camaradagem e pelo convívio.

E, finalmente, aos meus pais e à minha namorada, que nos momentos difíceis me auxiliaram com todo o carinho deste mundo.....

RESUMO

Nos últimos anos, o manejo da pesca não alcançou a sustentabilidade de captura dos recursos. O desenvolvimento tecnológico associado à produção pesqueira teve consequências negativas, tanto para os estoques pesqueiros quanto para os pescadores menos tecnicizados, geralmente artesanais ou de pequena escala. Por serem os mais frágeis dentro da cadeia produtiva, são os que mais sofrem com a crise deste setor. Para que possam garantir sua existência enquanto categoria produtiva, há a necessidade da mobilização política destes pescadores, por meio de estratégias coletivas de ação voltadas à defesa de seus interesses. Assim, este estudo pretende avaliar tais estratégias utilizadas pelos pescadores artesanais do litoral paranaense, com destaque aos pescadores do município de Pontal do Paraná-PR. A metodologia utilizada foi qualitativa, baseada em levantamentos bibliográficos, entrevistas semi-estruturadas com os líderes locais e roteiros de observação da 2ª Conferência Estadual e Nacional de Aquicultura e Pesca, ocorridas respectivamente em Pontal do Paraná-PR e Brasília-DF. Quando possível, também foram observadas reuniões na Colônia de Pescadores de Pontal do Paraná. Uma análise histórica e atual das formas de organização e luta dos pescadores marítimos do Brasil foi realizada com o intuito de obter um referencial de análise. Constatou-se que existe uma mobilização coletiva, cujas estratégias ocorrem de maneira dispersa e pontual, o que permite concluir que este movimento político de pescadores artesanais está em fase embrionária, se comparado com a atuação dos demais pescadores artesanais do Brasil.

Palavra-chave: pescador artesanal, estratégias de defesa dos interesses, manejo da pesca

***Exigimos a total autonomia da
Comuna, extensiva a todo o território
de França, assegurando a cada um a
plenitude de seus direitos, e a todos
os franceses a livre expressão das
suas faculdades como homem, como
cidadão e como trabalhador
(Comuna de Paris, 19 de abril de 1871)***

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	1
1.1.DEFINIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA	1
1.2 DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS: GERAL E PARTICULARES	3
1.2.1 Objetivo geral	3
1.2.2 Objetivos específicos	3
1.3 PLANO GERAL DO TEXTO.....	4
2.MATERIAL E MÉTODOS	5
3 ANTECEDENTES GERAIS: ATIVIDADE PESQUEIRA E MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES A NIVEL MUNDIAL	7
3.1. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA E CRISE ATUAL: SITUAÇÃO DA PESCA DE PEQUENA ESCALA	7
3.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES DE PEQUENA ESCALA	10
4. ANTECEDENTES PARTICULARES: A PESCA MARINHA NO BRASIL E NO PARANÁ	19
4.1 A PESCA MARINHA NO BRASIL E A SITUAÇÃO DA PESCA ARTESANAL	19
4.2 ÁREA DE ESTUDO: O LITORAL DO PARANÁ E SISTEMAS PESQUEIROS PRESENTES	20
4.2.1 O LITORAL DO PARANÁ: POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E PESCADORES	20
4.2.2. OS SISTEMAS DE PESCA PRESENTES	22
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
5.1 HISTÓRICO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E LUTA DOS PESCADORES MARÍTIMOS NO BRASIL	30
5.1.1FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS DE PESCADORES E AS PRIMEIRAS LUTAS...	33
5.1.2 A LUTA DOS PESCADORES MARÍTIMOS DO BRASIL	35
5.1.3 CRIAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DE PESCADORES –CPP E SEU PAPEL	41
5.1.4 A MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES NO PROCESSO DA CONSTITUINTE E A ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE PESCADORES- MONAPE	42
5.2 ORGANIZAÇÕES E MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES DO LITORAL DO PR. O CASO DOS PESCADORES DE PONTAL DO PR	49
5.2.1. AS ORGANIZAÇÕES E MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES DE PONTAL DO PR	49

5.2.2 PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES FORMULADOS NA I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE AQUICULTURA E PESCA PELOS PESCADORES DE MAR ABERTO (2003) E NA REUNIÃO COLÔNIA	53
5.2.3 PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES FORMULADOS NA II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE AQUICULTURA E PESCA PELOS PESCADORES DE MAR ABERTO (2003) E NA REUNIÃO COLÔNIA	58
5.2.3.1 AS DINÂMICAS NOS GRUPOS DE TRABALHO	63
5.2.3.2 PESCA DE MAR ABERTO	63
5.2.4 REUNIÃO NA COLÔNIA DOS PESCADORES	69
5.2.5. A MOBILIZAÇÃO NA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA.....	69
5.2.5.1 ORGANIZAÇÃO DO EVENTO	69
5.2.5.2 A MOBILIZAÇÃO DAS PESCADORAS E INTEGRAÇÃO DAS DELEGADAS DO PR	72
6. CONCLUSÕES.....	77
6.1 RUMO AO GERENCIAMENTO PARTICIPATIVO DA PESCA	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXOS	86

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - NOME E FUNÇÃO DOS ENTREVISTADOS	6
QUADRO 02- TÉCNICAS DE PESQUISA APLICADA	7
QUADRO 03: ATUAIS ORGANIZAÇÕES DE APOIO À CATEGORIA.....	18
QUADRO 4 : ESTADOS EM QUE EXISTE ALGUM TIPO DE ATUAÇÃO DO MONAPE	46
QUADRO. 5 : LOCAIS QUE FORAM VISITADOS PELAS LIDERANÇAS DO MONAPE.	47
QUADRO 6: DEMANDAS DO SETOR DE PESCA MARÍTIMA LEVANTADAS NA 1ª CNAP	56
QUADRO 7: COMPARAÇÃO ENTRE O PLANEJADO E O OCORRIDO NA 2ª CEAP. .	60
QUADRO 8: PARTICIPANTES DO GRUPO DE TRABALHO “PESCA DE MAR ABERTO”	64
QUADRO 9 QUESTÕES LEVANTADAS PELOS PESCADORES NO GRUPO DE “MAR ABERTO”.	66
QUADRO 10 PROGRAMAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA	70

LISTA DE ANEXOS

ANEXOS 1 - ART. 8º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	86
ANEXOS 2 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 91, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006.....	87
ANEXOS 3 - QUESTIONÁRIO PARA AS LIDERANÇAS.....	89

1.INTRODUÇÃO

1.1.DEFINIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA

O presente estudo tem como objetivo a análise das estratégias coletivas adotadas pelos pescadores artesanais do Litoral do Paraná, com ênfase aos pescadores do município de Pontal do Paraná na defesa de seus interesses.

A metodologia utilizada se centra em técnicas qualitativas de pesquisa social. Fora da revisão bibliográfica de antecedentes, se procedeu a análise de conteúdo de documentos de instâncias importantes relativas aos pescadores, a nível estadual e nacional, dos últimos anos.

Em termos de produção de dados primários, se realizou um seguimento das instâncias de mobilização dos pescadores de nosso litoral ao longo do ano 2006, especialmente dos pescadores do município de Pontal do Paraná. Trata-se de uma aproximação a um tema ainda não estudado na região, de forma que o caráter da pesquisa é fundamentalmente exploratório, chegando a elementos descritivos, nem que ainda não exaustivos.

Entende-se que, apesar dos limites do trabalho, se consegue captar iniciativas fundamentais das formas de defesa dos interesses coletivos dos pescadores artesanais, e seus principais limites. O objetivo último deste trabalho é contribuir para o manejo da pesca artesanal, bem como fortalecer a organização e capacidade de luta dessa categoria, no entendimento de que a gestão pesqueira requer fortalecer os principais atores envolvidos no uso dos recursos, para garantir uma sustentabilidade econômica, ecológica e social na extração destes recursos

Nas últimas décadas, em virtude das falhas dos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais vários pesquisadores têm investigado a ligação entre os sistemas social e ecológico para subsidiar este manejo (BERKES AND FOLKE,1998; HOLLING *et al.*, 1998¹ *apud* KALIKOSKI, 2002).

Os atuais modelos de desenvolvimento e de gerenciamento relacionados ao meio ambiente, no contexto das políticas públicas, estão baseados principalmente em critérios lineares de rentabilidade voltados ao mercado, o que acarreta uma ineficiente internalização das várias dimensões ambientais (VIEIRA & WEBER, 2000). A sustentabilidade de

⁸ Holling, C.S.; Berkes, F. & Folke. 1998. Science, sustainability and resource management. In: Berkes, F. and Folke (eds). Linking Social and Ecological Systems. Management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge University Press, UK, pp 342-362.

exploração de determinado recurso, nessa perspectiva, é dada somente pelo nível de esforço de captura que venha a conferir *em longo prazo* as mais altas capturas estáveis (SPARRE; VENEMA, 1997).

No caso da pesca, existem diferenças significativas entre o segmento industrial e artesanal, o que exige diferentes formas de manejo.

Existe em geral uma carência de estudos e avaliações abrangentes da pesca artesanal necessários para subsidiar o manejo da atividade e a implementação de políticas públicas para o setor que reflitam sua realidade biológico-produtiva, sócio-econômica e suas dimensões institucionais (VASCONCELLOS *et al*, no prelo).

A complexidade das atividades de pesca artesanal torna inadequada e impraticável a centralização do monitoramento e manejo por uma agência governamental, o que faz com que haja a necessidade de um sistema de manejo da pesca que estimule a cooperação e participação dos pescadores na regulação e monitoramento da atividade (VASCONCELLOS *et al*, no prelo).

A compreensão da organização social dos pescadores artesanais é necessária na implementação de políticas de manejo da pesca artesanal, principalmente nos processos de tomada de decisões. Qualquer política realista de pesca tem, hoje, de levar em conta, mais do que nunca, o manejo adequado dos recursos e o papel dos pescadores e suas organizações (DIEGUES, 2004).

Entretanto, para um grupo de pescadores participar efetivamente do manejo dos recursos, há a necessidade de ter uma organização coletiva, baseada em instituições de representatividade (KALIKOSKI, 2002) A gestão pesqueira deve ocorrer de maneira integrada e horizontal (independentemente de haver uma hierarquia ente os atores), havendo um dialogo entre as partes envolvidas (estado, cientistas e pescadores).

Pescadores amazônicos, através de “Acordos de Pesca”, buscam o manejo dos recursos pesqueiros dos lagos, proibindo modalidades predatórias, restringindo áreas e épocas para a pesca, e ainda estabelecendo normas diferenciadas para a pesca de subsistência e a pesca comercial, vedando o acesso desta última a determinadas áreas e lagos. Esses “Acordos” revelam a construção de um instrumento coletivo de gestão do território destas comunidades, ainda que caiba ao Governo Federal o estabelecimento das legislações pesqueiras (CARDOSO, 2001).

E para que seja possível e viável o manejo local participativo é necessária à implementação de bancos de dados disponíveis aos tomadores de decisão, contendo

informações relativas não somente à situação dos estoques pesqueiros, mas também às comunidades de pescadores, suas reivindicações, e suas formas de organização.

Não foi encontrado nenhum trabalho que tratasse do manejo das pescarias artesanais com o enfoque na organização social destes trabalhadores.

O estudo desta temática, sob a perspectiva do gerenciamento pesqueiro, tem por objetivo subsidiar a elaboração de políticas mais coerentes com a realidade dos pescadores. O afastamento entre os gestores e pescadores, como consequência de um não diálogo, dificulta qualquer medida de cooperação, resultando em inúmeros conflitos com órgãos fiscalizadores.

Assim, espera-se que estas soluções coletivas adotadas pelos pescadores sejam analisadas criticamente pelos gestores, e se viáveis, que sejam aplicadas.

1.2 DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS: GERAL E PARTICULARES

1.2.1 Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo geral identificar quais são as formas passadas e atuais de organização e ação coletiva dos pescadores artesanais do Litoral do Paraná com ênfase nos pescadores de Pontal do Paraná-PR e seu alcance e limites para a efetiva defesa de seus interesses.

1.2.2 Objetivos específicos

- a. Realizar uma revisão bibliográfica das mobilizações dos pescadores ocorridas no Brasil, desde a formação das Colônias de Pescadores
- b. Realizar um levantamento das diferentes organizações dos pescadores do litoral do Paraná, com ênfase aos pescadores de Pontal do Paraná-PR;
- c. Identificar suas reivindicações e as estratégias coletivas adotadas para conquistá-las.
- d. Analisar os aspectos positivos e negativos de tais estratégias em relação à eficiência na defesa de seus interesses

1.3 PLANO GERAL DO TEXTO

Basicamente, este estudo está dividido em três grandes partes, que se diferenciam entre si pela escala espacial abordada. A intenção é partir de um enfoque global para o local.

A primeira, que servirá como diagnóstico, se propõe a demonstrar os antecedentes gerais e particulares da crise pesqueira nas diferentes escalas (geral e local) e quais estratégias e reivindicações adotadas pelos pescadores artesanais no mundo.

Num segundo momento, será demonstrada e analisada a organização e a luta dos pescadores artesanais no Brasil, desde o processo de formação das colônias de pescadores, iniciado nos primórdios do século XIX até recentemente, com a criação do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE). Com base na literatura pesquisada, procurou-se descrever os principais episódios de mobilização políticas .

A terceira parte, em que se encontram os principais resultados deste estudo, consiste na análise do movimento político dos pescadores artesanais do litoral do Paraná, com base em informações adquiridas pelos líderes formais dos pescadores de Pontal do Paraná. Também será utilizado um estudo de caso da participação dos pescadores nas Conferências Estadual e Nacional de Aquicultura e Pesca, cujos eventos foram promovido pela Secretária Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, órgão criado no ano de 2002 pelo governo federal. Basicamente, esta análise terá como referência a atuação política dos pescadores brasileiros, que servirá como um importante parâmetro para a compreensão das estratégias dos pescadores do litoral paranaense.

MATERIAL E MÉTODOS

A estratégia metodológica adotada consistiu na utilização de diferentes técnicas de pesquisa qualitativa.(QUADRO 2) aplicadas em diferentes etapas:

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, utilizando-se de fichamentos temáticos e sínteses dos trabalhos relativos às formas de organização e mobilização dos pescadores em nível mundial e nacional.

A segunda etapa consistiu na análise de conteúdo das resoluções dos seguintes eventos:

- Conferências Estadual e Nacional de Aqüicultura e Pesca organizados pela SEAP nos anos de 2003 e 2006;
- Encontros Estadual e Nacional das Trabalhadoras da Pesca, também realizada pela SEAP, no ano de 2004;

Também foram analisados informes das seguintes organizações não-governamentais de apoio aos pescadores de pequena escala:

- Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP
- Coletivo Internacional de Apoio ao Pescador Artesanal (ICSF – CIAPA)

A terceira etapa consistiu no acompanhamento da mobilização dos Pescadores de Pontal do Paraná, referente à mudança do defeso da pesca de arrasto motorizado, que consistiu na elaboração de um abaixo-assinado que foi entregue ao Secretário da Pesca na 2ª Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca.

A quarta etapa consistiu num levantamento qualitativo das formas de mobilização dos pescadores artesanais mediante a participação, enquanto observadores, da 2ª Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca (CEAP), realizada no Balneário de Praia de Leste, localizado no município de Pontal do Paraná nos dias 2 e 3 de março de 2006. Para tanto, foi aplicado um roteiro de observação pelos integrantes do Laboratório Sócio-ambiental do CEM-UFPR, em todo o evento, com destaque ao grupo de trabalho de “mar aberto”, que estava composto pelos pescadores dos municípios costeiros, incluindo as lideranças do município de Pontal do Paraná. (VER ANEXO)

A quinta etapa foi a realização de uma entrevista semi-estruturada, aplicada nesta Conferência, com o Sub-Secretário de Planejamento da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) de Brasília, como forma de avaliar a postura da SEAP em relação aos pescadores artesanais brasileiros.

A sexta etapa consistiu na participação de duas reuniões na Colônia dos Pescadores de Pontal do Paraná, como forma de avaliar suas estratégias de mobilização e reivindicação: A primeira, realizada no dia 8 de março, entre os pescadores e um técnico do IBAMA de Paranaguá, relativa à mudança do período do defeso para a pesca de arrasto motorizado. A segunda aconteceu somente com as lideranças dos pescadores no dia 9 de março neste mesmo local, com o objetivo de definir estratégias de mobilização frente à mudança do defeso.

A sétima etapa consistiu na participação na delegação paranaense da 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (CNAP) realizada nos dias 14, 15 e 16 de março de 2006, como forma de avaliar a atuação das lideranças paranaense, com destaque aos pescadores costeiros.

A oitava etapa consistiu em entrevista semi-estruturada com 4 lideranças do município de Pontal do Paraná (VER ANEXO): No quadro 1 é possível visualizar o nome dos entrevistados e suas respectivas funções dentro da Colônia e das Associações existentes dentro do município de Pontal do Paraná.

No quadro 2 resumem-se as técnicas de pesquisa adotadas neste estudo.

QUADRO 1 - NOME E FUNÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado	Função
Rúbens Marcelino da Veiga	Presidente da Colônia dos Pescadores de Pontal do Paraná Z-05
Cleonice do Nascimento	Secretária da Colônia dos Pescadores de Pontal do Paraná Z-05
Jair Crisanto	Vice-Presidente da CPPP (Z-05) e Secretário Municipal da Pesca
Darcy Soares	Presidente da Associação de Pescadores e Aquicultores de Pontal do Sul (APAPSUL)

QUADRO 2- TÉCNICAS DE PESQUISA APLICADA

TÉCNICAS DE PESQUISA	OBJETO DE ESTUDO
Levantamento Bibliográfico	Teses, dissertações e artigos sobre esta temática.
Análise de Conteúdo	Resoluções das conferências e dos encontros
	Informes das organizações não-governamentais
Observação	2a CEAP e Reunião dos pescadores com IBAMA
Observação-participante	2a CNAP e Reunião Lideranças
Entrevistas semi-estruturada	Técnico SEAP e Lideranças de Pontal do Paraná

3 ANTECEDENTES GERAIS: ATIVIDADE PESQUEIRA E MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES A NÍVEL MUNDIAL

3.1. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA E CRISE ATUAL: SITUAÇÃO DA PESCA DE PEQUENA ESCALA

Os recursos pesqueiros, geralmente considerados como recursos de uso comum (CPR – Common Pool Resource) (KALIKOSKI, 2002), constituem importante parte dos recursos naturais renováveis, com uma contribuição de 12% da proteína animal consumida pelo homem, dos quais as espécies de origem marinha e estuarina contribuem com cerca de 90% da produção mundial de pescado (PAIVA, 1997).

O crescimento econômico e a expansão das modernas tecnologias de captura no contexto da pesca mundial, principalmente no período entre 1950 – 1980, somado com o regime de livre acesso acarretaram numa depleção dos estoques de alto valor econômico. (HUPPERT, 2005).

O primeiro colapso de um estoque pesqueiro, que teve repercussão global foi o da manjuba peruana – *Peruvian anchoveta*- nos anos de 1971 e 1972, cuja causa principal atribuída foi um evento de El Nino, mas de acordo com as evidencias disponíveis, baseadas em estatísticas de desembarques atuais (12 milhões de toneladas) e passadas (18 milhões de toneladas) sugerem que a sobrepesca também pode ter contribuído (PAULY, 2002)

Pode-se falar em uma crise do setor pesqueiro, que se manifesta mais precisamente em uma crise de um modelo de desenvolvimento da pesca baseado no uso intensivo de capital e tecnologia e que atinge não só o setor industrial, mas também os produtores pesqueiros artesanais (CARDOSO, 2001).

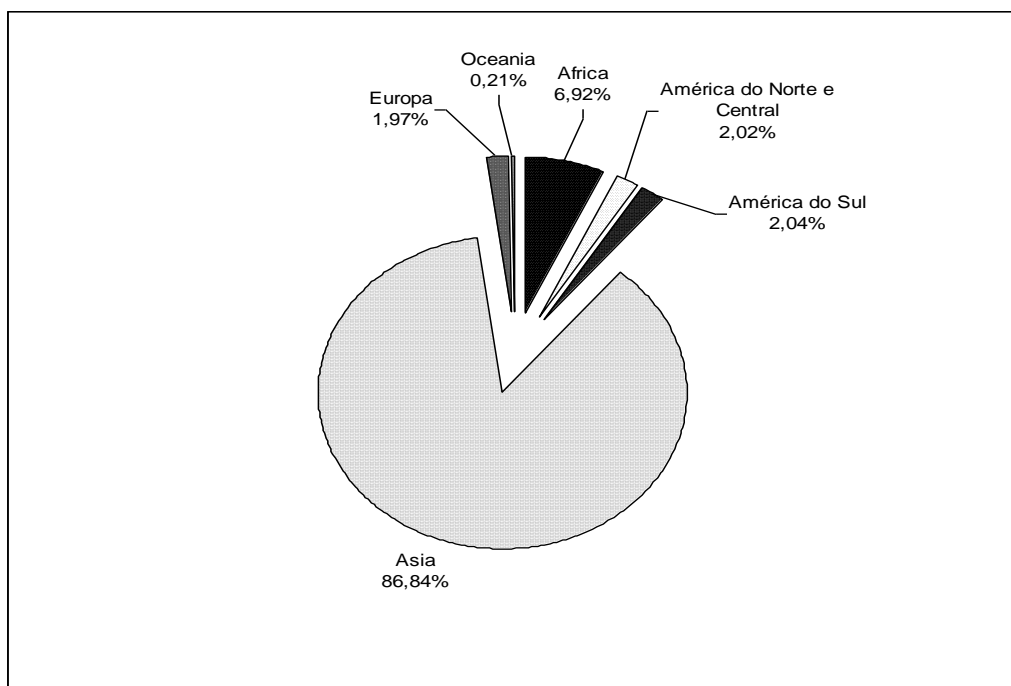
Nos dias de hoje, em função do elevado esforço de pesca ao qual estão submetidos os principais estoques, tanto a atividade artesanal quanto industrial, estão em declínio.

Portanto, trata-se de uma crise global na atividade pesqueira, que compromete a reprodução de indústrias pesqueiras e de comunidades tradicionais, muitas das quais, dependem diretamente da extração destes recursos para a subsistência, como é o caso das comunidades localizadas principalmente no continente asiático.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, no ano de 1998, foi estimado um total de 36 milhões de pessoas envolvidas na pesca, tanto na captura quanto na aquicultura, dos quais 15 milhões atuam em tempo integral, 13 milhões em tempo parcial e 8 milhões atuam ocasionalmente. No ano 2000, foi estimado um total de 27 milhões de pessoas envolvidas somente na captura, em tempo integral, parcial e ocasional, dentre os quais entre 15-20 milhões podem ser considerados pescadores artesanais ou de pequena escala.

Quanto à localização destes trabalhadores, de acordo com a FAO (2004), 86,84% dos pescadores estão concentrados no continente asiático, o que corresponde a grande maioria dos trabalhadores da pesca (ver gráfico 1). Em seguida vem o continente africano, com 6,92% dos pescadores e o continente sul-americano, com 2,04% do total de pescadores. Os países que possuem o maior número de pescadores em termos absolutos são Bangladesh, China, Índia, Indonésia, Filipinas e Vietnã (MATTHEW, 2004). De acordo com este mesmo autor, a maior proporção de pescadores por habitante ocorre na Indonésia (um em cada 44) e no Vietnã (um em cada 25)

GRÁFICO 1 : DISTRIBUIÇÃO MUNDIAL DE PESCADORES. FONTE: FAO (2004)



A perda de habitat de pesca e a redução dos estoques pesqueiros ocorrem juntamente com a expulsão de comunidades de pescadores das praias, seja pela expansão turística, seja pelo estabelecimento de parques e reservas naturais (DIEGUES, 2004). A *grilagem* das terras onde estão assentadas as comunidades pesqueiras artesanais também é um importante fator de desestruturação e comprometimento da reprodução social dos pescadores.

Em relação ao processamento do pescado artesanal, vários processos comprometem a sua reprodução física, social e econômica, dentre eles a queda de produtividade do trabalho, a cadeia de intermediação do pescado, os usos conflitivos do espaço litorâneo e ribeirinho (CARDOSO, 2001).

É importante destacar que esta crise é mundial, tendo consequências em ambos os setores (artesanal e industrial). A depleção dos estoques gerou uma crise ecológica, que afetou diretamente a população de peixes alvo das pescarias. Consequentemente ocorreu uma crise produtiva pela gradativa diminuição das taxas de captura, culminando numa crise econômica.

3.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES DE PEQUENA ESCALA

Em função da escassez dos principais estoques causada pelo sobrepesca, atualmente existe uma crise trabalhista gerada pela baixa produtividade alcançada nas últimas décadas. Fatores ambientais tais como El Niño, têm gerado uma significativa redução no esforço de pesca e perda de oportunidades de trabalho (ILO, 2004). Além de haver perda de postos de trabalho na captura, há também uma diminuição na oferta de trabalho nos setores de processamento e distribuição.

No contexto da pesca artesanal, esta questão se torna mais complexa ainda. No caso de algumas comunidades tradicionais, cuja atividade é essencial na subsistência da população, a atividade pesqueira passa a ter uma importância enorme. Acrescenta-se o fato de geralmente estar restrita às regiões estuarinas e costeiras, mais suscetíveis à poluição costeira, além da questão da competitividade com as grandes embarcações, que geralmente adentram em seus territórios de pesca. Assim sendo, de maneira geral, os pescadores artesanais ou de pequena escala são os mais afetados pela crise pesqueira. Diante desta problemática, há a necessidade de adoção de medidas que diminuam o esforço de pesca e que garantam a possibilidade de sobrevivência destas pessoas que dependem diretamente da extração dos recursos marinhos.

De forma a atenuar esta situação, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2004), sugere que sejam adotadas as seguintes medidas:

1. exploração racional dos recursos pesqueiros, garantindo a possibilidade de extração pelos pescadores artesanais.
2. desenvolvimento de estratégias para o setor industrial como um todo, levando em consideração os aspectos sócio-econômicos dos pescadores e de suas comunidades;
3. capacitação dos pescadores pelo incentivo de atividades de extensão;
4. subsídios de apetrechos de captura e de conservação dos pescados;
5. comunicação adequada entre governantes e pescadores com o objetivo de implementar condições adequadas de trabalho e sobrevivência;
6. coletas e interpretações de estatísticas de parâmetros sócio-econômicos.

De maneira geral, tais medidas sugeridas pela OIT são de grande importância para o manejo da pesca. Mas para que haja viabilidade na aplicação destas medidas, é importante que o manejo destes recursos ocorra de maneira descentralizada e participativa. Utilizando-se apenas das estatísticas, os gestores da pesca não terão instrumentos adequados no manejo dos conflitos entre os diversos atores sociais envolvidos.

De acordo com o Berkes (2001), grande parte do manejo da pesca de pequena escala ou artesanal não foram bem manejadas, em relação aos conflitos de uso. Para este o autor, o enfoque baseado apenas nas análises de estoque não contempla variáveis econômicas de grande influência na atividade, tais como o crescimento populacional, demanda destes recurso para a alimentação das pessoas e a pobreza.

Diante destas circunstâncias, é possível observar a emergência de movimentos organizados na defesa dos interesses dos trabalhadores do mar, principalmente no que se refere à pesca artesanal.

Nos parágrafos abaixo, será relatado o surgimento de uma importante organização não-governamental de defesa dos pescadores asiáticos. Na sequência, serão apresentados outras principais organizações voltadas para esse mesmo fim, situados no Continente asiático, africano e sul-americano. No quadro 3, serão listadas as principais organizações mundiais.

De maneira geral, tais movimentos concentram-se principalmente em países asiáticos, como é o caso da Índia, que possui uma organização não-governamental com atuação internacional na defesa dos pescadores artesanais, formada principalmente por pesquisadores e consultores da área pesqueira. Denominada ICSF (International Collective in Support of Fishworkers), seu surgimento ocorreu em Roma, Itália, no ano de 1984, na Conferência Internacional dos Pescadores (ICFWS – International Conference of Fishworkers and their Supporters), evento que ocorreu paralelamente à Conferência Mundial de Desenvolvimento e Manejo Pesqueiro, promovido pela FAO – ONU, cuja ênfase destinava-se somente aos aspectos comerciais, industriais e científicos da pesca. Assim, surgia um movimento internacional de apoio aos trabalhadores da pesca. (www.icsf.org acessado em 07/11/2006)

Além desta organização, existe também na Índia a Federação dos Pescadores do Sul da Índia (SIFFS – South Indian Federation of Fishermen Societies). De acordo com o site desta organização (www.siffs.org) seus objetivos são:

1. O manejo dos recursos pesqueiros como garantia de subsistência das comunidades tradicionais;

2. Proteção dos espaços ocupados pelas comunidades tradicionais;
3. Controle da produção e do mercado pesqueiro, com o objetivo de diminuir a atuação dos atravessadores;
4. Alternativa de renda para as mulheres da pesca, de modo a diversificar a economia das comunidades e promover um desenvolvimento local;
5. Fomento a projetos de pesquisa em prol dos interesses dos pescadores artesanais;

De acordo com o site do ICSF, em outros países do continente asiático, tais como a Malásia, Tailândia e Sri-Lanka também existem organizações de pescadores: a Associação de Pescadores de Penang (PIFWA), a Federação de Pescadores do Sul e a Solidariedade Nacional Pesqueira (NAFSO), respectivamente.

Na África, especificamente no Senegal existe o Coletivo Nacional dos Pescadores Senegaleses (CNPS – *Collectif National des Pêcheurs Artisanaux du Sénégal*), que, em parceria com centros de pesquisas locais desenvolve atividades voltadas aos pescadores. É o caso do *Workshop on Problems and Prospects for Developing Artisanal Fish* realizado no Senegal, de 30 de maio até 1º de junho de 2001, em parceria com o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento de Tecnologias Intermediárias da Pesca (CREDETIP – *Centre de Recherches pour le Développement des Technologies Intermediaries de Pêche*) (MATTHEW, 2004).

Em países sul-americanos, tais como o Peru e o Chile também existem tais organizações. A CONAPACH – *Confederación Nacional de Pescadores Artesanales de Chile* tem a missão de defender os direitos de seus associados, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades pesqueiras chilenas. (www.conapach.ch)

No Peru, os pescadores artesanais estão representados pela FIUPAP – *Federacion de Integración y Unificación de los Pescadores Artesanales del Peru*, sendo uma das principais bandeiras, de acordo com o site da organização (www.fiupap.org) o fim das operações das frotas industriais nas cinco milhas próximas da costa.

De acordo com o informe trianual do ICSF – CIAPA, publicado em março de 2004, nos dias 29 e 30 de setembro de 2004 ocorreu na cidade Puerto de Ilo, no Peru, o Primeiro Fórum Internacional da Pesca Artesanal, organizado pela Comissão Internacional de Defesa das 5 milhas. Neste fórum, elaborou-se uma declaração com as seguintes colocações:

1. A conservação da biodiversidade marinha e a proteção dos recursos pesqueiros são vitais para assegurar fontes de alimentos indispensáveis para a humanidade, assim como para assegurar o sustento das comunidades que vivem da pesca;
2. A zona costeira situada dentro das 5 milhas marinhas tem uma função primária para a preservação dos recursos pois se caracteriza como área de desova e proteção dos recursos, sendo que em regiões de ressurgência há o aporte de nutrientes neste local, portanto esta área não pode ser poluída e nem sofrer atividade pesqueira intensiva;
3. Em função do item anterior, devem-se excluir as 5 milhas marítimas da pesca industrial, sendo utilizada somente pela pesca artesanal, com artes de pesca seletivas e não destrutivas. Em hipótese alguma se deve admitir “janelas de penetração” da pesca industrial nesta zona;
4. A pesca industrial, para assegurar a sua própria sustentabilidade deve superar as capturas para farinha somente e diversificar as espécies alvos, com a elaboração de produtos de valor agregado, dentro do princípio da pesca responsável e com o maior benefício possível para as comunidades pesqueiras;
5. Para assegurar um manejo adequado dos recursos e do meio ambiente, assim como a participação plena dos pescadores nas decisões propõe-se que o código de Conduta para a Pesca Responsável da FAO transforme-se em Convênio ou Tratado Internacional com amparo Legal.
6. A aplicação de sistemas de cotas individuais e transferíveis de pesca desagrega e divide as comunidades de pescadores artesanais, transformando-as em mão-de-obra barata

Em consequência do surgimento desta mobilização mundial, ocorreram diversos encontros, com a temática centrada na defesa dos interesses dos pescadores artesanais. Estes eventos foram relatados na revista SAMUDRA, editada pelo ICSF. No mês de outubro de 2004 ocorreu em Karachi, no Paquistão o Fórum dos Pescadores de Paquistão, evento que

teve a participação de pescadores políticos e cientistas. O objetivo do encontro foi a elaboração de um projeto de política pesqueira que contribua para o melhoramento das comunidades tradicionais. Este país convive com uma crise no setor agrícola derivada da escassez de água, que estimulou a atividade pesqueira, como alternativa de renda. Entretanto, esta pressão demográfica na atividade pesqueira refletiu nos principais estoques. Neste país, a pesca é a única fonte de sustento para 3 milhões de pessoas, que vivem em uma zona costeira do Paquistão com 1.050 Km de extensão (SAMUDRA, 2004).

No mês de novembro do ano de 2004 ocorreu na cidade do Cabo a Conferência dos Pescadores de Pequena Escala da África do Sul. Deste evento surgiram algumas reivindicações aos governantes, tais como:

1. que assumam urgentemente a responsabilidade de assegurar os seguintes direitos aos pescadores de pequena escala:
 - i. - ao acesso eqüitativo e justo aos recursos pesqueiros;
 - ii. - acesso à um plano de segurança social;
 - iii. - acesso à segurança alimentar;
 - iv. - participação ativa na formulação de políticas e processos decisórios;
2. reconhecer, respeitar e assegurar a dignidade dos pescadores artesanais;
3. promover a capacitação dos pescadores artesanais, mediante visitas de intercâmbios e redes de cooperação entre os pescadores da região, bem como a promoção de financiamentos;
4. salvaguardar os meios de sustento dos pescadores artesanais contra os impactos sociais e econômicos da globalização;
5. garantir a harmonização das leis e a justa distribuição de recursos aos setores pesqueiros;

Do dia 9 á 20 de fevereiro de 2004 ocorreu em Kuala Lampur, Malásia a 7ª Reunião a Conferência das Partes do Convênio sobre a Diversidade Biológica. Deste evento surgiu um manifesto elaborado por entidades que atuam junto aos pescadores artesanais, tais como o Fórum Mundial dos Povos Pesqueiros (FMPP), Federação de Pescadores do Sul da Tailândia

e o Instituto Terramar, entidade que atua no litoral do Ceará, Brasil. O mesmo considera que a sustentabilidade dos sistemas ecológicos costeiros depende, em grande parte, dos complexos sistemas tradicionais de conhecimento ecológico (STCE), que se manifestam em diferentes aspectos: na variedade, na seletividade e na sofisticação ecológica das embarcações e artes de pesca utilizadas pelas comunidades pesqueiras, juntamente com o conhecimento empírico milenar dos fatores associados às condições climáticas e oceanográficas. Portanto estes pescadores têm uma função importante na conservação dos recursos naturais marinhos.

As principais reivindicações deste manifesto são:

1. *Reconhecimento dos direitos de acesso preferencial às comunidades costeiras dedicadas à pesca*, os quais devem estar embasados juridicamente.
2. *Reconhecimento do uso de artes e métodos pesqueiros tradicionais*. (permissão de uso e no incentivo dos apetrechos seletivos de pesca em áreas protegidas, em conformidade com as regras de gestão local).
3. *Prioridade para os interesses de subsistência das comunidades que dependem dos recursos naturais*.
4. *Reconhecimento e apoio das várias iniciativas de gestão baseadas na comunidade*.

O que esta mobilização reivindica é o reconhecimento do potencial das comunidades tradicionais costeiras que se utilizam da pesca como forma de subsistência no que se refere à conservação dos recursos naturais costeiros e marinhos.

De acordo com este mesmo informativo, um outro importante evento para o movimento dos pescadores artesanais foi no Fórum Mundial Social ocorrido em Bombay, Índia em 2004. Houve a participação de vários grupos marginalizados da sociedade, entre os quais estavam presentes diversos movimentos de pescadores, com destaque ao Fórum de Pescadores do Paquistão e da Índia.

Dos diversos assuntos discutidos nas pautas, destaca-se a questão do turismo costeiro promovido por empresas multinacionais na Malásia, Indonésia, Tailândia e Índia, sendo responsáveis pela retirada das comunidades tradicionais pesqueiras de seus lugares de origem.

Um dos principais apelos promovidos pelos participantes aos governantes foi a necessidade em priorizar o desenvolvimento das comunidades tradicionais, as quais estão ficando marginalizadas em função das políticas neoliberais incentivadas pelas grandes corporações.

Sendo assim, a mobilização em defesa dos pescadores artesanais pressiona para que o gerenciamento da pesca mude sua postura tecnicista, exigindo que haja maior consideração dos aspectos sócio-econômicos e culturais nos planos de manejo. Paralelamente, o ofício de pescador passa a ter um maior reconhecimento mundial, devido ao grande contingente de pessoas envolvidas nesta atividade, principalmente nos países em desenvolvimento.

A principal estratégia utilizada é a elaboração de encontros e conferências elaborados pelos próprios pescadores ou por pessoas ligadas a eles. Além de possibilitar a união e a organização destes trabalhadores, também possibilita a discussão dos principais problemas deste setor, bem como se propõem medidas a serem adotadas pelos órgãos locais de manejo da pesca. Portanto, trata-se de uma estratégia política, de forma a garantir visibilidade frente aos gestores da pesca.

Como resultado destes eventos de mobilizações e mundial, é possível observar alguns avanços na gestão da pesca. No continente africano, mais especificamente em Uganda, a partir do ano de 2004, o governo deste país elaborou um plano estratégico da pesca, contendo medidas de co-gestão, por meio da criação das Unidades de Gestão das Praias, estimulando a participação dos pescadores artesanais em processos de tomada de decisão (SAMUDRA, 2004). Assim, o governo espera erradicar práticas pesqueiras destrutivas, bem como elaborar um manejo sustentável dos recursos.

Ainda no continente africano, o governo da Namíbia tem incentivado a realização de projetos comunitários de cultivo de Tilápias, como forma de alternativa de renda para as comunidades tradicionais pesqueiras (SAMUDRA, 2004).

Na América do Sul, de acordo com esta mesma revista, pescadores artesanais da municipalidade de Lebu, no Chile, a partir de novembro de 2004, poderão participar do Conselho Consultivo do Porto pesqueiro da cidade, representando uma vitória do movimento dos pescadores artesanais Chilenos.

No geral, em países onde existem grande concentrações de pescadores artesanais, como é o caso dos países asiáticos e africanos, cuja pesca tem importância na segurança alimentar destes países, o movimento social desta categoria encontra-se mais organizado e mais fortalecido, se comparado com as demais regiões do planeta. Os ganhos conquistados

por este setor são refletidos em políticas públicas nacionais e em espaço político em instâncias de tomada de decisões, com a participação de lideranças do setor artesanal em comitês gestores de lagos e de regiões costeiras com importância produtiva.

QUADRO 03: ATUAIS ORGANIZAÇÕES DE APOIO À CATEGORIA

ORGANIZAÇÃO	PAÍS	ORGANIZAÇÃO	PAÍS
Centro de Desarrollo y Pesca Sustentable (CeDePesca)	Argentina	<i>Tambuyog Development Cente</i>	Filipinas
<i>Confederación Nacional De Pescadores Artesanales De Chile (CONAPACH)*</i>	Chile	Kiilusang Mangingisda	Filipinas
<i>Centro Ecoceanos</i>	Chile	<i>Penang Inshore Fishermen Wflfare Association (Pifwa)*</i>	Malásia
<i>Federación De Integración Y Unificación De Los Pescadores Artesanales Del Perú (FIUPAP)*</i>	Perú	<i>Sustainable Development Foundation (SDF)</i>	Tailândia
<i>Artisanal Fishers Association*</i>	África do Sul	<i>JALA (Advocacy for North Sumatra Fisherfolk)</i>	Indonésia
<i>Masifundise Development Trust (Mdt)</i>	África do Sul	<i>TELAPAK</i>	Indonésia
<i>TESCOD (Technical Services for Community Development)</i>	Ghana	<i>Jaring PELA</i>	Indonésia
<i>Collectif National des Pecheurs Artisanaux du Senegal (CNPS)*</i>	Senegal	<i>Pakistan Fisherfolk Forum (PFF)*</i>	Paquistão
<i>Katosi Women Fishing & Development Association</i>	Uganda	<i>World Forum of Fish Harvesters and Fishworkers (WFF)*</i>	Canadá
<i>Namibian Food & Allied Workers Union*</i>	Namibia	<i>Maritime Fishermen's Union *</i>	Canadá
<i>Nafso-National Fisheries Solidarity Movement</i>	Sri Lanka	<i>Pacific Coast Federation of Fishermen's Assoc. Incorp.(PCFFA)*</i>	EUA
<i>National Union of Fishermen (NUF)*</i>	Sri Lanka	<i>Gloucester Fishermen's Wives Assn*</i>	EUA
<i>Pamalakaya National Federation Of Fisherfolk Organisation In The Philippines*</i>	Filipinas	<i>National Fishworkers' Forum*</i>	Índia
<i>Bigkis Lakas Pilipinas (Blp)</i>	Filipinas	<i>South Indian Federation of Fishermen Societies (SIFFS)*</i>	Índia
		<i>Orissa Traditional Fishworkers Union (OTFWU)*</i>	Índia

* organizações formadas por pescadores

No contexto do continente americano, em especial a América do Sul, percebe-se a grande atuação do movimento artesanal de pescadores no Chile, Peru e Argentina, países que

são banhados por mares com alta produtividade pesqueira. Nestes três países, percebe-se a importância deste movimento nas instâncias políticas governamentais. Consequentemente há uma maior abertura política do setor artesanal no gerenciamento da pesca.

4. ANTECEDENTES PARTICULARES: A PESCA MARINHA NO BRASIL E NO PARANÁ

4.1 A PESCA MARINHA NO BRASIL E A SITUAÇÃO DA PESCA ARTESANAL

A atividade pesqueira no Brasil remonta a períodos pré-coloniais, quando da utilização do pescado nas dietas alimentares e, conseqüentemente, nas atividades econômicas das diversas nações indígenas, ribeirinhas e litorâneas que habitavam o território brasileiro (DIEGUES, 1992).

No período colonial, à exceção da pesca da baleia, as atividades pesqueiras se faziam dentro das comunidades indígenas e no quadro da policultura litorânea (DIEGUES, 1971). Posteriormente, a pesca passou a ser realizada também como atividade marginal dentro dos latifúndios, para abastecer a mesa dos senhores-de-engenho (DIEGUES, 1971).

De acordo com Silva (1991) a organização e regulamentação da atividade de pesca tiveram sua origem no início do século XX com a missão do cruzador José Bonifácio, a cargo do Comandante Frederico Villar, da Marinha de Guerra, cujo objetivo principal era disciplinar os pescadores para servir a Marinha de Guerra. Isto se explica, pois no final do século XIX, grande parte dos marinheiros que serviram à Marinha do Brasil eram mercenários britânicos. Portanto, os pescadores eram considerados reserva de contingente, por serem brasileiros e terem um exímio conhecimento do mar.

Nas primeiras décadas do século XX, a atividade pesqueira, antes vinculada à pequena produção assumiu, em algumas regiões, uma escala comercial de grande importância, como é o caso da pesca da sardinha (*Engraulidae*), introduzida pelos espanhóis e portugueses (DIEGUES, 1983).

O Decreto-lei 221 de 1967, que concede incentivos fiscais para a atividade pesqueira, possibilitou o desenvolvimento de um parque industrial, de captura e de processamento de pescados, permitindo a ocupação de novas áreas de captura, possibilitando inclusive excedentes para exportação (RICHTER, 2000).

De acordo com este mesmo autor, do final da década de 60 até o início da década de 80 deste século, órgãos estatais² foram criados com o intuito de promover um desenvolvimento do setor pesqueiro, tendo sido concedido à atividade pesqueira nacional, através de incentivos fiscais, um volume médio de R\$ 68,5 milhões anuais.

O resultado dessa política de incentivos maciços, com volumosa importação de tecnologias, tais como novas embarcações e equipamentos de auxílio à navegação, não foi animador: grande parte das empresas, depois de realizarem pesados investimentos em infraestrutura de terra foram à falência, pois, como resultado da sobre-pesca, os recursos pesqueiros procurados começaram a escassear (DIEGUES, 1995).

Segundo Paiva (1997), existem poucas possibilidades reais de aumento da produção de pescado estuarino/marinho em nosso país, o que vem se observando em escala mundial. Este mesmo autor sustenta, como uma possível solução à essa problemática, a reprodução do modelo da pesca de pequena escala, cuja exploração concentra-se em áreas restritas e/ou estoques pouco abundantes, bem diversificados e com demanda em mercados ao redor dos centros de desembarques. Entretanto, se for adotado o mesmo modelo capitalista de desenvolvimento da pesca industrial na pesca artesanal, a pressão sobre os estoques inevitavelmente irá aumentar.

Para Cardoso (2001) a pesca artesanal é realizada com tecnologias de baixo poder de predação, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança e cuja produção destina-se ao mercado.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), estudos realizados nos países em via de desenvolvimento demonstram que a pesca artesanal promove um melhor desenvolvimento no plano social do que a pesca industrial (ROUGEULLE, 1993).

4.2 ÁREA DE ESTUDO: O LITORAL DO PARANÁ E SISTEMAS PESQUEIROS PRESENTES

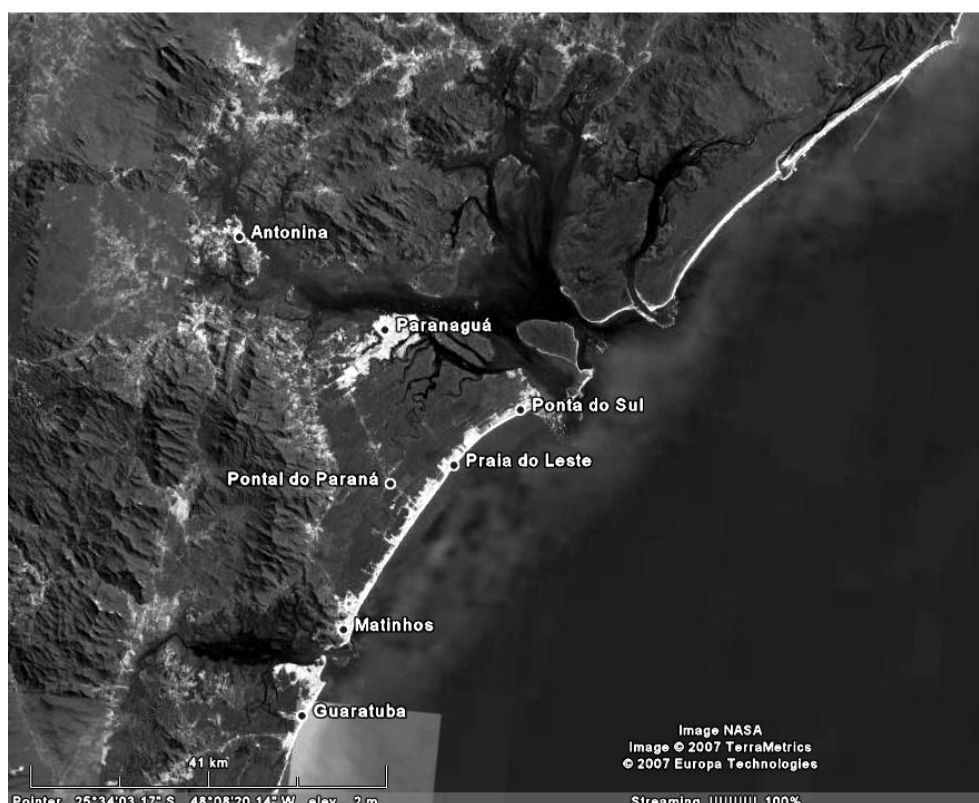
4.2.1 O LITORAL DO PARANÁ: POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E PESCADORES

O Complexo Estuarino de Paranaguá (Fig.2), composto pelas baías de Paranaguá, Laranjeiras, e Pinheiros, e o estuário da Baía de Guaratuba bem como a região da plataforma

² É o caso da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, criada no final da década de 70.

interna continental são os locais onde ocorrem predominantemente a atividade pesqueira do litoral do Paraná. Dentro dos seis municípios litorâneos (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá) existem hoje cerca de 60 vilas de pescadores, rurais ou urbanas, no interior das baías e na frente oceânica, num total de 4277 Pescadores. (Andriguetto Filho *et al*, 2004).

FIGURA – 1 LITORAL PARANAENSE



Conforme estes autores anteriormente citados, originalmente foram identificadas no litoral do Paraná 103 vilas, das quais 43 desapareceram ou sofreram forte redução da população nas últimas décadas, o que sugere estarem em vias de desaparecer.

Os dados relativos aos números de pescadores por município (Tabela 1) parecem estar inflacionados em função dos benefícios trabalhistas, de forma que muitas pessoas adquirem de maneira ilegal a carteira de pescador para poder obterem tais benefícios. Os números para Antonina e Guaratuba são estimados, pois este registro ainda está em andamento.

Tabela 1 – População geral e de pescadores, superfície e densidade populacional no litoral do Paraná : FONTE: Modificado de PIERRI, 2003. Dados do IBGE- Censo 2000.; SEMA, apud IPARDES, 2003. Dados de pescadores: Andriguetto-Filho, et al (2006)

Municípios	População		Superfície		Densidade populacional	População de Pescadores		Pop. de Pescadores/ população total		Densidade populacional de pescadores	
	Hab.	%	Km2	%	Hab/km2	Hab.	%	Hab.	%	Hab./Km2	%
Antonina	19.174	8,7	968,80	17,8	20	700	16,4	0,04	15,0	0,7	10,28
Guaraqueçaba	8.288	3,8	2.159,30	39,6	4	1096	25,6	0,13	54,2	0,5	7,22
Guaratuba	27.257	12,4	1.326,80	24,4	21	900	21,0	0,03	13,5	0,7	9,65
Matinhos	24.184	11,0	111,50	2,0	217	215	5,0	0,01	3,6	1,9	27,44
Paranaguá	127.339	57,7	665,80	12,2	191	1001	23,4	0,01	3,2	1,5	21,39
Pontal do Paraná	14.323	6,5	216,20	4,0	66	365	8,5	0,03	10,4	1,7	24,02
TOTAL	220.565	100	5.448	100	519	4.277	100	0,24	100	7	100

Com base nos dados da tabela 1, percebe-se que o município de Guaraqueçaba possui a menor densidade populacional e o maior número de pescadores no Litoral. Matinhos possui a menor quantidade de pescadores, porém possui uma alta concentração demográfica.

Pontal do Paraná, local escolhido como área de estudo, possui um total de 365 pescadores no ano de 2005 (ver tabela 1), o que representa apenas 8,5% da população total. Portanto, não se trata de um município com vocação pesqueira. De acordo com Andriguetto-Filho (1999), esta região sofreu pressões fundiárias intensas, em virtude da expansão urbano-turística nos últimos anos, o que acarretou numa desagregação física das vilas dos pescadores. Consequentemente, houve um grande declínio da pesca.

4.2.2. OS SISTEMAS DE PESCA PRESENTES

Com o objetivo de visualizar a pesca em sua totalidade dentro do litoral do Paraná, este capítulo se propõe a descrever os sistemas pesqueiros presentes. É importante ressaltar que a dinâmica dos recursos não depende somente da captura. Existem outros fatores que interferem. Além dos parâmetros ecológicos e físico-químicos da coluna d'água, existem fatores socioambientais, tais como a demografia de cada vila pesqueira, os apetrechos e as relações de trabalho, que compõem um sistema particular, com suas dinâmicas internas, que governam o seu funcionamento.

Para J.P. Corlay um sistema pesqueiro é constituído de elementos intimamente ligados uns com os outros, num fluxo de relações complexas entre os fatores que determinam um estado de equilíbrio ou desequilíbrio, tais como o fator biológico (recurso pesqueiro), técnico (meio de captura e de transformação), econômico (meios de financiamentos e desenvolvimento econômico regional), social (dinâmica social), cultural (práticas produtivas e hábitos alimentares) e político (legislação pesqueira e de proteção do meio ambiente, política de desenvolvimento regional)³.

Os sistemas pesqueiros do litoral paranaense foram descritos e categorizados por Andriguetto-Filho (1999), por meio da observação das modalidades técnicas e sua operacionalização, incluindo alguns elementos que permitissem fazer a conexão com o sistema social mais amplo. Para tratar a complexidade das grandes dinâmicas da pesca artesanal, bem como para compreender os fatores de transformação e diferenciação recentes sofridas pelos sistemas técnicos, este autor utilizou a seguinte estratégia metodológica:

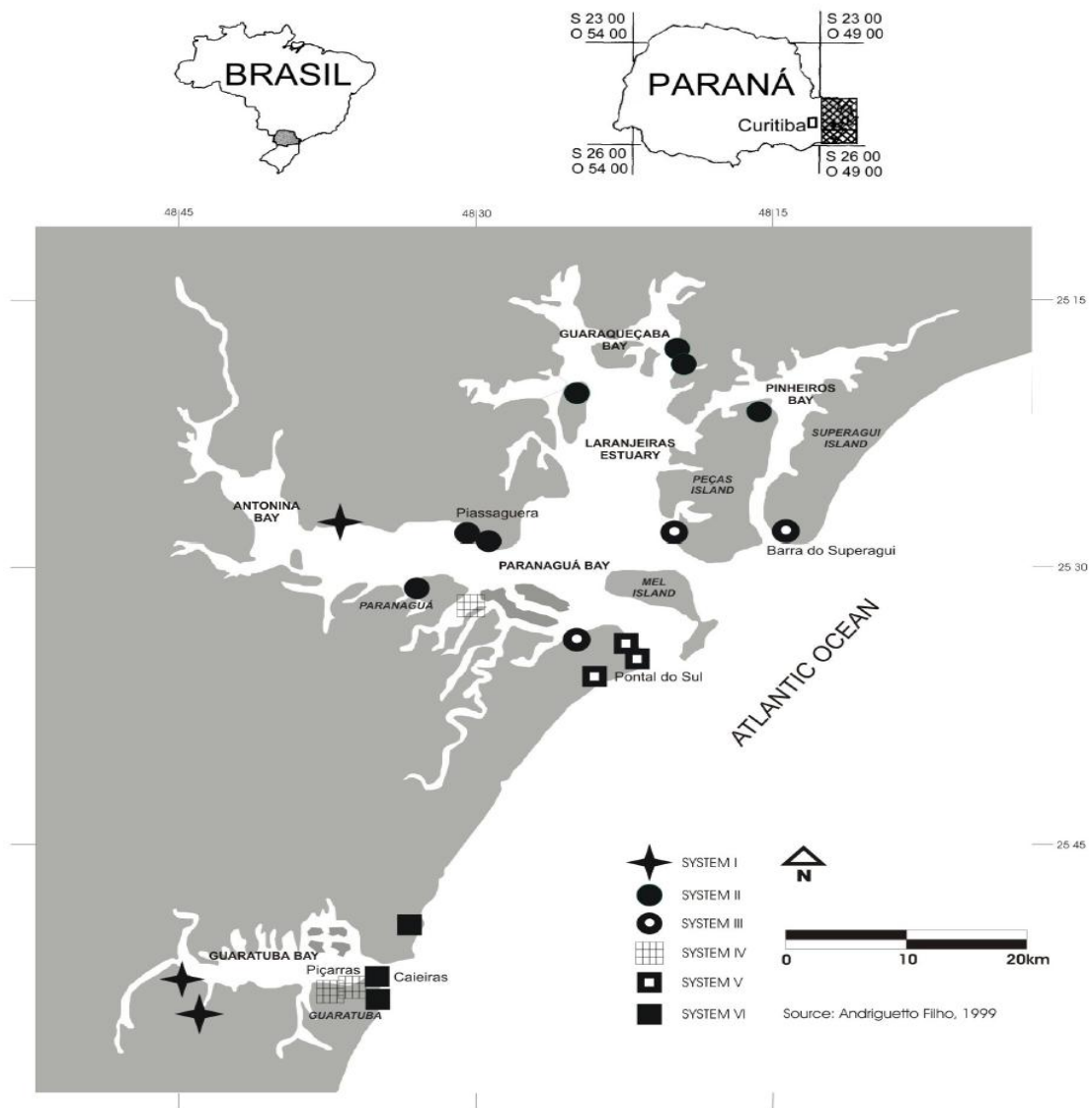
- Elaboração de mapas temáticos de indicadores das principais dinâmicas dos sistemas naturais e sociais em torno do sistema técnico pesqueiro;
- Realização de 70 entrevistas com informantes privilegiados em 22 vilas pesqueiras, num total de 60 vilas existentes no litoral.
- Observação direta das estruturas e dos ambientes pesqueiros.
- Utilização da análise cladística, técnica usualmente aplicada na biologia evolutiva, para tipificar os sistemas pesqueiros, bem como para obter a evolução temporal destes sistemas.

Assim, ele corroborou a hipótese que a heterogeneidade dos sistemas pesqueiros e suas práticas não resultam somente da dinâmica interna entre pescador e recurso, mas também são decorrentes de fatores “externos”, como é o caso das relações sociais entre os pescadores.

Como resultado de sua análise, seis sistemas pesqueiros foram classificados, de acordo com um gradiente espacial, do interior para às margens. Abaixo, serão descritos resumidamente tais sistemas, atentando-se aos seguintes aspectos: origem, organização da produção, relação entre proprietários e quinhoeiros e variedades técnicas. Todo texto baseia-se em Andriguetto-Filho (1999), sendo que a descrição dos apetrechos foi reproduzida integralmente nas notas de rodapé.

³ CORLAY, J.P., 1979, La notion d'espace de production halieutique: proposition méthodologique d'étude à

FIGURA.2. LOCALIZAÇÃO DAS VILAS PESQUEIRAS DE ACORDO COM O SISTEMA PESQUEIRO, BASEADO NA TIPOLOGIA ELABORADA POR



Fonte: Andriguetto-Filho (1999).

Sistema I - Vilas ilustrativas: Descoberto, Riozinho e Nácar/Europinha

Este sistema se caracteriza pela presença de vilas rurais pequenas, de origem agro-pesqueira antiga, com a população estabilizada ou diminuindo. A produção é familiar, não havendo uma divisão bem definida do quinhão⁴. Não existem “salgas”⁵, sendo comum a venda do produto para atravessadores externos. Também é comum a venda de “iscas vivas” (camarão) para turistas. Os proprietários têm poucos apetrechos. Em função de a produção ser familiar é difícil avaliar posse de apetrechos dos quinhoeiros.

Quanto ao aspecto técnico, a pesca é realizada preferencialmente dentro da baía (Complexo Estuarino de Paranaguá). O camarão é pescado com gerival⁶. Com menor importância, existe a pesca de moluscos e crustáceos. Também se pesca peixe com espinhéis⁷

As canoas a remo predominam, sendo que em algumas localidades as embarcações se restringem a voadeiras.

Sistema II - Vilas ilustrativas: Almeida, Tibicanga, Vila Guarani, Costão, Cerquinho, Amparo e Piassaguera.

Antigamente, existia nas vilas deste sistema agricultura de renda (produto destinado ao mercado), com exceção da Vila Guarani, bairro urbano de Paranaguá, e sem espaço de terra para praticá-la. Entretanto nas demais vilas percebe-se a existência de agricultura de auto-consumo. Neste grupo se incorpora a pesca como produção mercantil simples, cuja maior parte da produção é comprada por atravessadores locais, que geralmente são os donos das embarcações a motor. O sistema de quinhão é do tipo de terços (1/3 para o “barco”, 1/3 para o dono e 1/3 para os quinhoeiros). Também existe a venda direta do pescador ao turista, embora em alguns casos se restrinja ao camarão como isca viva.

⁴ Termo aplicado localmente à forma de partilha dos rendimentos líquidos da pesca (descontado os insumos) entre o proprietário dos equipamentos (embarcação e apetrechos – a parte “da rede”) e os “quinhoeiros”. Refere-se a parte uma das partes desta divisão.

⁵ Nome local dado às instalações de processamento de pescado, que originalmente consistia apenas em salgar o produto. O termo se mantém hoje, mesmo quando o processamento se restringe ao resfriamento ou congelamento.

⁶ Apetrecho confeccionado a partir de uma modificação da tarrafa comum de arremesso para servir como rede de arrasto de travessão. Apesar de ser uma rede de arrasto, pode ser operado sem motor, a partir de uma canoa a remo, com força motriz da maré ou correntes. Também chamado de arrastãozinho, tarrafinha, foi inventado na Baía de Paranaguá por volta de 1980 ou 1981.

⁷ Apetrecho de pesca formado por vários anzóis (até 300 no litoral do Paraná), presos a uma linha mestra em intervalos regulares.

Não existem salgas nas vilas deste sistema. Os quinhoeiros sempre, ou quase sempre, têm apetrechos e, em alguns casos, a diversidade de equipamentos dos proprietários de embarcação é baixa, ou estes nem mesmo tem apetrechos, apenas a embarcação motorizada. As canoas a remo são numerosas, entretanto existe um número significativo de canoas motorizadas.

Os peixes são pescados com uma diversidade de técnicas, tais como o “lanço”, cerco de rede⁸ e arrastos manuais. Existe também a pesca com espinheis, e a pesca do irico, geralmente associada à pesca com cerco de taquara⁹. Em algumas vilas, principalmente no Tibicanga, existe a atividade de cultivos de ostra do mangue (*Crassostrea rhizophorae*) realizada como alternativa de renda para os pescadores.

Sistema III - Vilas ilustrativas: Vilas de Maciel, Ponta das Peças e Barra do Superagui

No geral, existem neste sistema vilas tipicamente pesqueiras, cuja pesca é realizada dentro do Complexo Estuarino de Paranaguá e na plataforma costeira. A Agricultura parece não ter grande importância nestas vilas. Com exceção de Superagui, que apresenta um crescimento demográfico em curso, as demais vilas apresentam-se estagnadas.

A comercialização é realizada tanto por atravessadores internos quanto externos, destacando a venda do camarão cozido e salgado diretamente para São Paulo, Também existe a venda direta para os turistas. As embarcações e o sistema de quinhão são semelhantes ao sistema anterior, assim como o apetrechamento, embora haja maior concentração. No geral, este sistema se diferencia do anterior em função da existência de arrasto de portas motorizado para a pesca de camarão, com diversidade menor das práticas de pesca.

A captura de moluscos e crustáceos parece ter menor importância se comparado com o sistema anterior. Para a pesca de peixes, são utilizados o fundeio, o lanço, caceio e cerco de taquaras¹⁰ em Superagui. Entretanto, está última mobilidade foi proibida no litoral

⁸ Lanço ou lance: Termos que se aplicam a um conjunto de práticas de pesca de rede, envolvendo armar a rede numa situação em que os peixes se emalham. Cerco de rede: consiste em estender uma rede retangular em círculo, de modo a cercar um cardume.

⁹ O irico é o conjunto de larvas e juvenis iniciais de peixes e camarões, com grande dominância de larvas manjuba, pescado com rede de filó (malha bem pequena) para ser salgado e seco. É destinado ao mercado internacional, através de intermediários paulistas, e apreciado como aperitivo e base para culinária em geral.

¹⁰ Fundeio ou espera: Modalidade de pesca em que uma rede retangular é mantida fixa ou imóvel, seja ancorada ao fundo ou amarrada às margens.

Caceio: Modalidade de pesca em que uma rede retangular é deixada à deriva, deslocando-se com as correntes.

Cerco de taquara ou cerco fixo consiste em uma estrutura confeccionada com taquaras ou varas, em forma da paliçada, armada em estacas de madeira de mangue, cravadas no fundo e estendendo-se usualmente das margens

paranaense. Em função de Superagui estar no limite da divisão política entre o Paraná e São Paulo, o cerco de taquaras é permitido em águas sob jurisdição deste estado. Portanto alguns pescadores de Superagui executam esta técnica.

Sistema IV - Vilas ilustrativas: Vilas de Piçarras, Rio Mirim e Valadares

Estas vilas são grandes bairros urbanos em crescimento, das quais, algumas receberam um importante fluxo migratório de outras vilas próximas. É o caso da Vila de Piçarras e Rio Mirim, cujo aporte de pessoas derivou de vilas ribeirinhas situadas ao norte e oeste da Baía de Guaratuba, das quais algumas foram extintas. Os pescadores são minoria na população, geralmente dispersos no meio urbano. A influência de pescadores catarinenses se destaca principalmente na Vila de Piçarras.

Atualmente, nenhuma forma de agricultura é observada nestas ilhas. Entretanto, sua população é composta por pescadores e pescadores-agricultores que praticavam a agricultura de renda em suas vilas de origem.

No que diz respeito a comercialização, verificam-se diversas formas. Entretanto, este sistema se caracteriza pela existência de “salgas”, que se concentram no camarão pescado pelos barcos, de forma que, aparentemente não absorvem a produção dos pequenos pescadores. Especializados na pesca do camarão, os proprietários de embarcações grandes, raramente embarcam para pescar, sendo uma característica exclusiva deste sistema.. Enquanto os tripulantes destas grandes embarcações podem não ter apetrechos, os quais estão mais próximos da condição de assalariados, os demais pescadores quinhoeiros apresentam uma grande variedade de apetrechos.

O sistema de quinhão é variável de acordo com a técnica. Em princípio, para os barcos arrasteiros o quinhão é do tipo “partes variáveis” e “terços” para as outras formas de pesca.

Nestas vilas, coexistem a pesca com gerival e o arrasto feito pelos grandes barcos na captura do camarão. Canoas, bateiras e botes a motor para a pesca do camarão e de peixe. Este sistema apresenta alta diversidade de técnicas, existindo praticamente todas, com exceção do cerco de taquara e da pesca do irico. Em algumas vilas próximas deste sistema

do mangue até vários metros para dentro de um canal ou baía , e que funciona como armadilha ou curral para peixes.

(Cabaraquara), observa-se a existência de Cultivos de Ostras (*Crassostrea gigas*), sendo realizada principalmente por pessoas alheias à atividade pesqueira.

Sistema V - Vilas ilustrativas: Vilas de Barrancos , Pontal II e Pontal do Sul

Neste sistema as vilas são pequenas, de origem paranaense antiga, cuja população de pescadores está estável ou diminuindo, por emigração e pelo abandono da pesca como atividade de renda, como é o caso dos Pontais. Em todas as vilas se praticava a agricultura de renda. Todas as vilas sofreram fortes pressões fundiárias, o que contribuiu para a diminuição da atividade pesqueira pela substituição por atividades econômicas associadas ao recém criado ambiente urbano-turístico, principalmente nos Pontais. A pesca é realizada preferencialmente na plataforma costeira. No caso do Maciel, a pesca também é realizada na baía.

Neste sistema, Barrancos é uma exceção, provavelmente em função da atuação das lideranças desta vila, tendo em vista o ganho de causa de sua propriedade original na justiça, que contribui para a persistência da pesca.

A comercialização é destinada tanto para atravessadores quanto diretamente para os turistas. Em Pontal do Sul, na região do antigo embarque para a Ilha do Mel existe uma pesca empresarial, realizada por imigrantes catarinenses, assemelhando-se ao sistema anterior (IV). No geral, os quinhoeiros possuem canoas a remo e apetrechos simples, cujo sistema de quinhão é do tipo 50% : 50%, com os insumos a parte.

Em relação aos apetrechos, percebe-se uma baixa diversidade neste sistema. Os peixes são pescados com redes de fundeio e caceio, além dos arrastões de praia. Em algumas vilas, pesca-se com espinheis. A pesca do camarão é realizada com arrasto de portas motorizado. Os pontais diferenciam de Barrancos em função da presença de embarcações maiores (botes e alguns poucos barcos) devido a presença do canal DNOS, que permite a existência de atracadouros. No caso de Barrancos, as embarcações utilizadas preferencialmente saem da praia, o que possibilita somente a utilização de canoas motorizadas, por serem mais facilmente manejáveis em zonas de arrebentação, cujo alcance ao pesqueiro e a capacidade de estocagem é bem menor.

Sistema VI - Vilas ilustrativas: Vilas de Brejatuba, Caieiras e Matinhos

De origem não agrícola, as vilas deste sistema parecem ter forte influência de pescadores provindos de Santa Catarina. São todas vilas urbanas, localizadas na orla oceânica sul, tendo sofrido forte pressão fundiária urbana. Entretanto, aparentemente isso não afetou negativamente a atividade pesqueira, provavelmente em função da coesão social existente, tendo em vista a existência de Associações de Moradores e de Pescadores, bem como a existência de mercados comunitários em todas estas vilas, diferentemente dos demais sistemas, onde existência destas instâncias, ocorre apenas em algumas.

Neste sistema também se destaca a comercialização dos produtos, geralmente realizada nos mercados comunitários, com maior importância em Matinhos, aparentemente sendo a única forma via de escoamento e com menor importância em Caieiras, cuja grande parte da produção é destinada para atravessadores locais.

A distribuição do quinhão é semelhante ao sistema anterior, diferindo em relação à distribuição dos apetrechos. Enquanto os proprietários das embarcações possuem uma maior variedade, os quinhoeiros não possuem nem embarcações e nem apetrechos.

Do ponto de vista técnico, este sistema se caracteriza como inovador, assimilando e irradiando a mudança técnica para os demais sistemas. Em sua grande maioria, as embarcações são motorizadas, principalmente botes e canoas. Existe a pesca do camarão com caceio e arrasto motorizado com portas. A pesca de peixe é realizada com redes de fundeio e caceio. Não existe a coleta de moluscos e crustáceos

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 HISTÓRICO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E LUTA DOS PESCADORES MARÍTIMOS NO BRASIL

5.1.1 FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS DE PESCADORES E AS PRIMEIRAS LUTAS

A partir da década de 1840 surgem as primeiras legislações de âmbito nacional para o setor pesqueiro, cujas motivações não derivam dos aspectos econômicos, mas de problemas estratégicos (SILVA, 2004). Nesse momento, o Brasil vivia sob estado de tensão com os países vizinhos¹¹, tendo em vista a ocorrência da Guerra do Paraguai (1864 – 1870).

Na época, as tropas de guerra da Marinha do Brasil eram compostas, em sua maioria, por mercenários britânicos (SILVA, 1991). Portanto, havia a necessidade em recrutar um contingente com capacidade para as atividades no mar e conhecimento do território nacional. Em suma, para a Marinha do Brasil era preciso criar no país uma reserva naval que contasse com uma verdadeira vocação marítima (SILVA, 1991).

Assim, o primeiro passo executado pelos militares navais, foi a criação das Capitânias dos Portos no ano de 1841. De acordo com este autor, foi através delas que se corporificou no Brasil a concepção de que os pescadores constituíam uma reserva naval para a armada, sendo obrigados a se matricularem nas capitânias.

Em relação às características da pesca e do pescador neste contexto, de acordo com Silva (1988) a atividade pesqueira na economia escravista-colônial era exercida, basicamente, de três maneiras: Uma primeira forma era a exercida pelos próprios escravos, após suas jornadas de trabalho. Uma segunda forma de atividade era a dos escravos que pescavam e participavam do comércio do peixe, sob a exploração de seus senhores. A terceira forma era a dos pescadores livres, sobretudo indígenas, que vendiam seu produto, como os escravos, nos mercados de peixe ou diretamente aos engenhos. Não é possível precisar a data do surgimento

¹¹ Questões como a defesa das fronteiras meridionais e da navegação fluvial na região do Prata, como as possíveis confrontações beligerantes com países daquela região – sobretudo Argentina e Uruguai –, como o apresamento de navios brasileiros pela Marinha Britânica em decorrência da proibição do tráfico de escravos ou como conflitos internos que emergiram em formas de revoltas separatistas ou populares (Cabanagem, 1831-1835 e Revolta Farroupilha, 1835-1845) – demandaram o aparelhamento bélico da nação emergente e, particularmente, da Marinha de Guerra (SILVA, 2004)

da atividade pesqueira, mas como sustenta este autor, está atividade econômica tinha importância fundamental e imprescindível para a reprodução da sociedade colonial.

Em 1854, por exemplo, dos 1735 pescadores matriculados na capitania dos portos da Bahia, 24,6% eram escravos, dos 1991 pescadores matriculados na capitania dos portos do Rio de Janeiro naquele mesmo ano, 47% eram de condição escrava (SILVA, 2004).

Porém, tal política de matricular os pescadores nas capitanias não foi bem sucedida. Houve a resistência dos pescadores ao recrutamento. Auxiliados por alguns capatazes da capitania, muitos deles se omitiram e não compareciam à matrícula na Capitania dos Portos (SILVA, 1991).

Os que se matriculavam, eram sorteados e selecionados para a faina na Marinha de Guerra. Este método de recrutamento revoltou os pescadores, gerando resistência. Este autor relata dois eventos de resistência ao recrutamento, ocorridos em dois Estados do Brasil:

A primeira, no Rio de Janeiro, ocorrida em outubro de 1903, surgiu como consequência do sorteio de pescadores da Ilha do Governador. Solidariamente, o conjunto dos trabalhadores marítimos da capital resolveu fazer uma greve para resistir ao recrutamento, interrompendo os serviços de carga e descarga dos vapores e das atividades dos rebocadores.

No Ceará, em janeiro de 1904, uma outra greve de pescadores, remadores e estivadores foi realizada pelo mesmo motivo. Houve o sorteio de 72 homens para o serviço da Armada, na maioria pescadores. Este incidente, porém, teve consequências bastante graves, uma vez que pescadores, estivadores, remadores e práticos do porto resistiram violentamente, à base de pedras e paus, contra as tropas armadas de baionetas, havendo vários feridos. Entretanto, nenhum dos 72 sorteados foi recrutado à força para a Armada.

Portanto, não foi possível a obtenção de uma reserva de contingente para a Marinha de Guerra. Então os oficiais navais pensaram uma outra forma de realizar o adestramento militar dos pescadores. Em função do fracasso da "política de matriculados" empreendida pela capitania, o então Ministro da Marinha, em 1852, Joaquim Ribeiro da Cruz, via como solução para este problema a destruição das formas tradicionais de produção na pesca e a edificação de uma forma moderna e industrial: a chamada "grande pesca" (SILVA, 1991).

Os modos de produção tradicionais dos pescadores no final do século XIX não eram compatíveis com a disciplina militar. Não havia uma regularidade no exercício desta profissão, pois se havia alimento suficiente, para o comércio e para a subsistência, então não saiam para pescar. Sendo assim, para transformar os pescadores em reserva de contingente para a Marinha de Guerra do Brasil, havia a necessidade de se alterar estes padrões,

substituindo-nos por padrões capitalistas de produção, com a incorporação de jornadas de trabalho regulares, com o objetivo de otimizar a produção pesqueira, de modo a possibilitar a existência de um mercado de trabalho nos moldes europeus. Nesse sentido, a ideologia capitalista ia ao encontro da ética militar, em que a eficiência e a produtividade são parâmetros indispensáveis para a disciplina militar e para a efetivação de um mercado de trabalho.

. De acordo com Silva (1991), no dia 20 de abril de 1911, o oficial da Marinha Frederico Villar¹² entregou um "plano de organização" ao ministro da agricultura Pedro Toledo, do governo de Hermes da Fonseca (1910-1914). De acordo com Villar, tratava-se "*da organização prática, imediata e pouco dispendiosa que devemos dar às Pescarias Nacionais*". Este plano continha os seguintes objetivos:

- Criação de uma "inspetoria da pesca", nos moldes da congênere norte-americana *United States Bureau of Fisheries*. Esta instituição seria composta de três seções: pesca, investigação científica e piscicultura.
- Organização de escolas de pesca.
- Formação de colônia dos pescadores
- Instituição do "crédito marítimo"
- Isenção de impostos durante pelo menos 10 anos para as indústrias pesqueiras
- Instituição de prêmios e facilidades para estas últimas (tarifas mínimas, direito de espaço em portos, etc.)
- Criação de portos de pesca

Em relação às Colônias dos Pescadores, explica Villar: "*...elas constituem um meio indireto de povoamento do solo e exploração de riquezas naturais de um país...e constituem, por fim, centros de reservas navais de muitos povos marítimos, sendo excelentes viveiros para a Marinha de Guerra e Marinha Mercante...*"(VILLAR 1922 *apud* SILVA, 1991)¹³

Este autor também destaca que este modelo de Colônia derivou do padrão argentino de ocupar e colonizar o território, onde havia imensos vazios demográficos. Entretanto, no caso do Brasil o objetivo era outro, tendo em vista que se procurou "colonizar" comunidades com

¹² Villar era um estudioso das "modernas" técnicas de pesca aplicadas principalmente nos países europeus, sendo um dos principais articuladores da Marinha com a burguesia mercantil. Foi um dos responsáveis pela introdução da pesca de arrasto com portas no Brasil (SILVA, 1991)

até três séculos de existência. Portanto, o objetivo maior foi a criação de um “viveiro de marinheiros” para a Marinha de Guerra do Brasil.

Sendo assim, a formação das Colônias dos Pescadores tinha por objetivo tornar o pescador mais apto a assimilar uma ética militar e uma nova disciplina de trabalho tornando-o aptos para serem assalariado de uma indústria pesqueira, comandada pela elite mercantil local.

Entretanto, este sistema não foi bem aceito pela burguesia mercantil, tendo em vista que a Marinha do Brasil tinha forte vínculos com a elite tradicional do país (produtores de café principalmente), que possuía divergências ideológicas em relação à esta burguesia, cujo argumento principal se referia aos possíveis entraves ao livre desenvolvimento do mercado da pesca (SILVA, 1991). Contudo, com o advento da primeira guerra mundial, esta idéia ganhou força, pois os estrangeiros usaram os pescadores como forma de proteção, como é o caso dos alemães que ficaram escondidos na costa brasileira até o momento que o Brasil aderiu a guerra (CPP, 1984). Sendo assim, de acordo com esta publicação, o Comandante Villar alegou a necessidade de salvaguardar as milhas marítimas nacionais, bem como os recursos que ali se encontravam.

Assim, no ano de 1919 foi criado, de fato, um Sistema de Representação dos pescadores, composto pelas Colônias de Pescadores, Federações Estaduais de Pescadores e a Confederação Nacional, com base em princípios corporativos.

Entretanto, não se tratava de um corporativismo na forma de um órgão de classe, mas sim de um sistema de representação a todos os “profissionais” envolvidos no setor em questão – pequenos pescadores, comerciantes, “comissários”, armadores, grandes empresários da pesca e pescadores embarcados (SILVA, 2004).

Em 1941, há uma mudança de status da colônia de pesca, que, até então, era o local de recrutamento e treinamento de pescadores para a Marinha de Guerra. Em virtude da influência dos ideais trabalhistas no contexto do Estado Novo, em que se concretizou o controle do governo federal sobre as organizações trabalhistas. No ano de 1942, o então Presidente Getúlio Vargas extinguiu as Federações e Confederações de Pescadores, substituindo-as pela Comissão Executiva da Pesca, que obrigava os pescadores a vender seus produtos para cooperativas e para entrepostos controlados pela CEP (ROUGEULLE, 1993).

¹³ Villar, F. **Pelas indústrias da pesca no Brasil**. Paris, Garnie 1922, pp. 354.

Porém, no ano de 1967, com a publicação do novo Código da Pesca (Decreto-Lei nº 221/67 – ver anexo), as Colônias, Federações e a Confederação tiveram uma nova reorganização, passando a ter um formato de associação civil, cuja atividade da pesca passa a ser considerada como uma profissão ou ofício. Uma outra mudança foi a extinção da taxa de 3% sobre o valor de venda do pescado nos entrepostos pesqueiros, o que conferiu aos pescadores uma maior autonomia de negociação. De acordo com esta autora, os objetivos deste sistema de representatividade a partir deste momento foram:

- Unir os pescadores pelo vínculo da cooperação e da solidariedade e estimular o sentimento de pertencer à nação brasileira.
- Defender os direitos e os interesses dos associados.
- Desenvolver ajuda mútua, por meio da criação de órgãos de fomento ao desenvolvimento e financiamento da atividade pesqueira e de assistência aos associados.
- Atuar em favor dos associados no que diz respeito aos terrenos da marinha.
- Estimular o cooperativismo, por meio da formação de uma cooperativa na região da colônia, com participação dos associados.
- Promover a propaganda contra o uso de apetrechos de capturas não seletivos.
- Combater o analfabetismo, promovendo a instrução primária aos associados e seus filhos.
- Promover a instrução militar de seus associados para estarem aptos, quando necessário, a atuarem como auxiliares das Forças Navais, salvaguardando as águas territoriais brasileiras.
- Se encarregar da venda do pescado de seus associados, por meio da instalação de pequenos entrepostos, com fabrica de gelo.
- Prestar assistência e serviço de salvatagem e de balizamento na costa às embarcações dos associados.

Entretanto, a idéia de transformar os pescadores em reserva para a Marinha do Brasil ainda persistiu, mas com menor intensidade.

Como demonstrado ao longo deste capítulo, de maneira geral, as colônias de pescadores não surgiram de forma endógena, ou seja, não foram os próprios pescadores que imbuídos de uma consciência de classe se mobilizaram para formá-las, mas sim foram

obrigados a aceitá-las por meio da coerção. Isto ocorreu, pois os objetivos dos militares e da elite estavam muito além de estimular a liderança e a participação dos pescadores enquanto classe de trabalho.

Vislumbrava-se implementar um mercado de trabalho na pesca, em que os pescadores seriam apenas a mão-de-obra. Mas para que isto fosse possível, havia a necessidade de transformá-los em assalariados.

Portanto, uma mudança de postura se fazia necessário para que estes trabalhadores do mar incorporassem estes novos princípios. Esta função coube a Marinha do Brasil, pois a ordem e a disciplina são princípios éticos intrínsecos ao sistema militar que, neste sentido, vão ao encontro da lógica capitalista, em que o aumento da produtividade a qualquer custo é um dogma irreversível e inquestionável.

No período do Estado Novo (1937-1945), a atividade pesqueira passa a ter um maior controle do Estado, cuja consequência foi o aumento da dependência dos pescadores em relação governo, o que estimulou as práticas paternalistas. Somente no ano de 1967, que este sistema de representação tem uma maior autonomia, sendo caracterizada como uma associação civil. Entretanto, ainda havia a influência do controle estatal, principalmente no que se refere à escolha do Presidente da Confederação, que era feita pelo Ministro da Agricultura.

Apesar de possuir uma maior autonomia em relação ao governo, é possível observar, ainda nos dias de hoje, a grande dependência dos pescadores em relação ao poder estatal, o que parece comprometer o surgimento de um movimento autônomo e independente, gerido pelos próprios pescadores.

5.1.2 A LUTA DOS PESCADORES MARÍTIMOS DO BRASIL

MOREL (1988) descreve um evento ocorrido na cidade de Fortaleza no ano de 1881, em que destaca a participação de Fransisco José do Nascimento (1839-1914), que foi um jangadeiro que trabalhava como prático-mor no antigo porto de Fortaleza, no embarque e desembarque de pessoas, escravos e mercadorias. Era de praxe o emprego de pescadores nesta função.

Neste momento histórico existia um movimento abolicionista no Ceará, com destaque à Sociedade Cearense Libertadora. Francisco, também conhecido como “Chico da Matilde”

ou “dragão do mar” pertencia a este movimento. No dia 27 de janeiro de 1881, estava previsto o embarque de 14 homens e mulheres negras que estavam sendo vendidos para fora do País. Entretanto, sob a liderança de Chico da Matilde, os pescadores, com apoio de outras pessoas pertencentes ao movimento libertador, conseguiram evitar o embarque destes 14 escravos. Esta ação foi reproduzida por outros pescadores e adeptos do movimento libertador, culminando na libertação oficial dos escravos, no dia 1º de janeiro de 1883, em todo o estado do Ceará. Trata-se de um evento que não é precisamente de luta dos pescadores, pois o enfoque principal estava relacionado com o abolicionismo. Entretanto, resulta num antecedente importante, pelo significado ético e político que demonstra a capacidade de organização e de luta da categoria, pois naquela época, grande parte dos pescadores, principalmente no nordeste, eram escravos alforriados.

SIRY (1991), que pertence à Comissão Pastoral da Pesca, entidade vinculada ao Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) descreve em seu artigo o movimento dos pescadores e os momentos históricos de grande relevância, dos quais se destacam a “Revolta da Chibata”, ocorrida no dia 22 de novembro de 1910. Como forma de disciplinar os pescadores, os oficiais da Marinha aplicavam castigos corporais com chibatadas. Então estes “praças”, sob o comando de João Candido, um negro, resolveram se rebelar. Organizados, estes marinheiros formaram secretamente um Comitê Geral, com o objetivo de planejar esta ação.

O estopim da revolta ocorreu quando o marinheiro negro Marcelino foi castigado com 250 chibatadas. Este fato revoltou seus colegas, o que fez com que se adiantasse esta rebelião. Assim, às 22 horas do dia 22 de novembro, os marinheiros, simultaneamente renderam os oficiais de três cruzadores (navio de guerra) e apontaram os canhões contra a base militar naval. Em seguida enviaram um comunicado via rádio para o Palácio do Catete, informando ao então Presidente da República Hermes da Fonseca de que as três esquadras estavam em um levante para derrubar os castigos corporais. Além de terem reivindicado o fim da chibata, os rebeldes também exigiram um aumento salarial. João Candido deu um prazo de 12 horas para o Presidente atender o que eles exigiam. Se caso ele não atendesse então os marinheiros bombardeariam a base.

Imediatamente, o então senador Rui Barbosa apresentou ao Congresso Nacional um projeto de anistia aos revoltosos, que acabou sendo aceito. Assim, João Candido decidiu cessar a revolta e enviou um outro comunicado pelo rádio para o Presidente:

“Nós confiamos na vossa justiça, com o coração cheio de alegria. Nós esperamos a vossa solução. Os culpados da nossa rebelião são os maus oficiais da Marinha. Eles nos fazem escravos deles e não da bandeira que temos. Estaremos do vosso lado presidente. O que fizemos não foi política, foi pelos direitos humanos dos miseráveis marinheiros¹⁴

Entretanto, no dia 26 de novembro, o Almirante chefe do Estado Maior da Armada dispôs oficiais para recuperarem os navios que estavam em poder dos rebeldes, os quais, depois de rendidos, foram colocados a bordo de um Cruzeiro de Guerra (navio) e fuzilados em alto mar.

Para os pescadores artesanais do dia de hoje, organizados de forma independente e com menor consciência, estes dois eventos históricos se caracterizaram como símbolos da capacidade de luta desta classe de pescadores. Consequentemente ficou decretado que o dia 22 de novembro seria o dia da luta dos pescadores artesanais do Brasil.

Outros dois importantes eventos de mobilização dos pescadores brasileiros aconteceram nos anos de 1941 e 1945, quando jangadeiros do estado do Ceará, realizaram duas viagens de jangada com destino ao Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar um protesto referente às más condições aos quais os pescadores brasileiros estavam submetidos.

Abreu (2004), em um periódico do mês de junho, editado pela Biblioteca Nacional descreve estas duas odisséias empreendidas por estes jangadeiros cearenses, com o objetivo de demonstrarem a garra desta categoria de trabalhadores brasileiros, bem como deixar o então Presidente Getúlio Vargas a par da situação em que se encontravam os pescadores.

De acordo com a autora, a própria estrutura de governo montada por Vargas foi um estímulo aos pescadores para este tipo de mobilização, cujos alicerces consistiam no envolvimento do Estado nos conflitos entre capital e trabalho, embasados numa legislação de amparo aos trabalhadores.

Mais recentemente, já no século XX, de acordo com Siry (1991), a década de 70 foi um marco da recente organização dos pescadores. Foi neste momento que emergiu a luta pela organização das Colônias voltada aos pescadores, que até então, devido ao seu caráter estatal e compulsório eram dirigidas, quase sempre, por pessoas estranhas à categoria, como vereadores, comerciantes, intermediários e militares aposentados que usavam as Colônias para os seus próprios interesses.

¹⁴ trecho extraído do documento da CPP –Série história dos pescadores brasileiros – caderno número 4

Entretanto, para este autor, o momento mais importante deste movimento ocorreu quando foi organizado o Movimento Constituinte da Pesca em 1985, cujo objetivo foi elaborar um novo estatuto e uma nova legislação pesqueira, com participação dos representantes dos pescadores, muitos dos quais não eram presidentes das Colônias, e puderam debater livremente, no Congresso Nacional em Brasília o papel da mulher na pesca, sindicatos e a intervenção de órgãos públicos.

Cardoso (2001) relata a luta pela conquista das Colônias por parte dos pescadores teve em Santarém – PA, talvez o primeiro exemplo de sucesso ainda no ano de 1982, seguida pelo fortalecimento dos mecanismos democráticos de gestão, como a eliminação de associados não pescadores e prática regular de assembléia.

Este autor também destaca a conquista dos pescadores de Alagoas e de Pernambuco ocorrida, no ano de 1986, pela conquista do voto direto para diretor das Federações Estaduais, que até então era eleito somente pelos votos dos diretores das Colônias. Pescadores maranhenses de algumas localidades optaram por criar sindicatos ao invés de manterem as Colônias, as quais eram geridas por pessoas que não representavam os interesses dos pescadores.

Nas Colônias de São Luiz do Maranhão, também no ano de 1986 e Itapissuma-PE, no ano de 1989, os pescadores conquistaram o espaço democrático por meio das eleições internas, tirando pessoas do poder que não eram pescadores e que não atuavam de maneira a representar os pescadores em geral (CARDOSO, 2001).

Como consequência deste processo, surge em 1988 o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) uma entidade livre e independente, cuja finalidade é a promoção da organização dos pescadores como classe trabalhadora, sendo que uma das principais discussões refere-se à transformação das colônias em sindicatos. Trata-se de um momento único no movimento político dos pescadores do Brasil. Porém, a adesão à este movimento se restringe aos pescadores do norte e nordeste do país, o que se justifica em função da forte atuação da CPP nestas regiões.

LIMA (2002) descreveu algumas estratégias de mobilização feita pelos pescadores cearenses. Para ela, desde o início dos anos 90 os pescadores do Ceara conquistaram o “status” de movimento ao se reunirem em torno de propósitos comuns, tais como a conservação dos ecossistemas litorâneos, a diminuição da pesca e do turismo predatórios,

tendo motivado confrontos históricos. Ela observou em relatos orais de antigos pescadores das comunidades do leste do Ceará a percepção de que era preciso resistir na terra e no mar, buscando e construindo coletivamente alternativas frente à perda de posse da terra, a redução dos estoques pesqueiros e a destruição dos ecossistemas litorâneos.

Na defesa de seus interesses, os pescadores das comunidades do Canto Verde e Batoque lançaram mão das associações comunitárias para a organização e coordenação do processo de comercialização, que ocorre da seguinte forma: quando as embarcações dos pescadores associados retornam do mar, a produção é encaminhada ao entreposto comunitário da pesca, onde é pesada e paga conforme tabela de preços da associação, que armazena e vende o produto, garantindo um preço “justo” (LIMA, 2002).

Segundo esta autora, os pescadores que vivem nestas, apesar das dificuldades em mobilizar seus membros, afirmam que o objetivo é colocar em prática a gestão comunitária, a partir da criação de normas e condutas na realização da atividade pesqueira e da apropriação dos recursos naturais no mar. Esta gestão comunitária não ocorre somente com os recursos pesqueiros, mas também em terra. Portanto, além da busca pela mobilização política, os pescadores destas regiões foram além e procuraram se organizar também na cadeia produtiva da pesca, de maneira análoga a uma cooperativa, em que se centralizava a venda do produto e se estabelecia os valores dos produtos de forma consensual.

Na comunidade de Prainha do Canto Verde os moradores definiram, em 1996, critérios para o uso comunitário da terra, por meio de hortas comunitárias e também discutiram e estabeleceram restrições para a venda de casas e terrenos para quem não é da comunidade (LIMA, 2002).

A questão da pesca da lagosta também é abordada, que, em função da sobre-pesca, cada vez mais indivíduos menores são capturados, o que aumenta a possibilidade de colapso deste estoque. Neste sentido, os pescadores cearenses exigem que seja abolida a prática da pesca da lagosta (*Panulirus sp.*) com o uso de compressores de ar. Além desta exigência, LIMA (2002) relata “A Caravana da Lagosta”, que com a participação de 30 comunidades, se percorreu 14 municípios litorâneos com o objetivo de promover a discussão do ordenamento da pesca da lagosta, promovendo a reflexão política da conjuntura, a difusão de informações e troca de experiências entre pescadores e lideranças de diferentes localidades.

Os pescadores cearenses lutam também pela posse da terra na zona costeira cearense e contam com o apoio de outros atores sociais. É o caso do XXIII Seminário Rural na Prainha do Canto Verde, promovido pela igreja católica local no ano de 1985, que foi um dos marcos

do início do processo de organização das comunidades pesqueiras nessa luta (LIMA, 2002). Outras instituições apóiam aos pescadores cearenses, tais como: Conselho Pastoral dos Pescadores, associações de moradores, a ong Instituto Terramar, Conselho Nacional de Populações Tradicionais do IBAMA e partidos políticos

Em síntese, as estratégias políticas dos pescadores artesanais cearenses são:

1. Ações em defesa da posse da terra
2. Formalização das associações de moradores
3. Gestão comunitária do uso da terra (regas comunitárias de uso e posse das terras)
4. Fóruns de Pescadores (espaços de discussão dos problemas da pesca)
5. Fiscalização da pesca predatória (a comunidade de Redonda-CE adquiriu embarcação para fiscalizar a pesca)
6. Elaboração de códigos comunitários de ordenamento e gestão da atividade pesqueira
7. Experiências alternativas de turismo (valorização da cultura caiçara)
8. Articulação de redes de atuação entre pescadores de outras regiões
9. Criação da Reserva Extrativista (RESEX) no Batoque
10. Articulações com movimentos sociais internacionais

Fonte: LIMA (2002)

No Ceará, a luta pela terra contra a especulação imobiliária, começou com a organização das mulheres – e culminou com o ganho de causa de uma comunidade no Supremo Tribunal Federal, o que abre jurisprudência para causas semelhantes.

Desde o final da década de 70 que vem ocorrendo experiências de organização e articulação de mulheres pescadoras (PIERRI & CHANG, 2006). De acordo com estas autoras, em 1985, pela primeira vez uma mulher no Brasil assumiu a presidência da Colônia de Pescadores em Olinda-PE. Em 1994, pela primeira vez, uma mulher assumiu a presidência da Federação dos Pescadores, isto se deu em Pernambuco.

Breton & Cavanagh (1996) em seu artigo sobre a mobilização dos pescadores no município de São Sebastião – SP corroboraram a hipótese de que a mobilização política de vários grupos municipais tem influência sobre a conscientização dos pescadores e dos dirigentes de sua organização. Esta influência ocorre quando há convergências e divergências de interesses com outras instituições locais, tais como ONG's preservacionistas, empresas instaladas na zona costeira e instituições governamentais. Neste sentido, o papel da CPP é fundamental na capacitação de organizações de pescadores.

5.1.3 CRIAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DE PESCADORES –CPP E SEU PAPEL

A Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP está vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz, da Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, entidade pertencente a um setor da Igreja Católica, particularmente identificado com os pobres e oprimidos. A criação da CPP ocorreu em fins do ano de 1968 por Frei Alfredo Schunuetgen, em função do reconhecimento desta categoria de trabalhadores como uma das mais marginalizadas e desvalorizadas, tanto pelas autoridades governamentais como também pela própria Igreja (SIRY, 1991).

Frei Alfredo, um franciscano alemão, já havia desenvolvido anteriormente um trabalho junto à classe trabalhadora como assistente da Ação Operária em Sergipe (O LEME, novembro 2000). Naquela época, de acordo com este informativo da CPP (O LEME) uma parcela da Igreja católica na América Latina, e principalmente no Brasil, aderiu pela “opção pelos pobres”, baseados na Teologia da Libertação¹⁵. Além da Pastoral da Pesca, foram criadas outras instâncias de apoio à parcela oprimida da população, tais como a Pastoral do Carcerário, a Pastoral do Migrante, a Pastoral da Terra e a Pastoral da Comunidade Afro-Brasileira.

A intermediação do produto da pesca era considerada um dos maiores limites para que o rendimento do trabalho dos pescadores artesanais revertesse em ganhos suficientes e em melhores condições de vida. No início de 1970, Frei Alfredo iniciou um trabalho com um pequeno grupo de pescadores daquele local, de modo a conseguir uma estrutura básica que eliminasse a necessidade de um atravessador. Os próprios pescadores levantaram uma sede própria e o Frei Alfredo conseguiu um financiamento do governo alemão para comprar um balcão frigorífico, que possibilitou a construção de uma peixaria na praia do Farol, em Olinda-PE (O LEME junho 2000). O 1º Encontro Nacional da Pastoral dos Pescadores ocorreu em Olinda-PE, no ano de 1976, com o apoio do então Presidente da Colônia dos Pescadores (Z-04) deste município (O LEME, abril 2000). Assim, os ideais almejados por este Frei possibilitaram a adesão de outros membros da Pastoral da Pesca, fortalecendo a luta destes padres pela inclusão social desta categoria de pessoas marginalizadas pela sociedade.

¹⁵ A Teologia da Libertação é uma escola de pensamento na teologia da Igreja Católica, desenvolvida depois do concílio Vaticano II. Ela dá grande ênfase à situação social humana. O peruano Gustavo Gutierrez e o brasileiro Leonardo Boff se destacam como ideólogos e líderes.

5.1.4 A MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES NO PROCESSO DA CONSTITUINTE E ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE PESCADORES-MONAPE

Com a redemocratização do Brasil no período que sucede à ditadura militar, há uma abertura de atuação para os movimentos sociais. Extensas redes sociais desenharam, entre os anos 1975-1990, um expressivo campo ético-político à base de movimentos reivindicativos de ação-direta, auto-reconhecido como *movimento popular*, mediante apoio de significativos setores da Igreja Católica, do ecumenismo, de segmentos da academia científica e grupos de esquerda, estes quase sempre inseridos nas chamadas ONGs, organizações não-governamentais (RODRIGUES, 1991). Como consequência desta abertura política, surge um espaço para emergência de movimentos sociais, dentro dos quais, se fortalece o movimento político dos trabalhadores da pesca, mediante o apoio da CPP.

A partir do ano de 1985, com o apoio da Pastoral da Pesca, foi organizado o Movimento Constituinte da Pesca, que visava assegurar os direitos dos trabalhadores do mar, principalmente os pescadores artesanais, por meio da elaboração de uma nova legislação pesqueira. Com esse trabalho corajoso e persistente a categoria conseguiu reverter a situação, conquistando na nova Constituição brasileira (1988) o direito à organização livre e autônoma, vetando a interferência e a intervenção do poder público, tornando as Colônias de Pescadores órgãos de classe (SIRY, 1991). Entretanto, os mecanismos autoritários inerentes ao papel histórico das colônias acarretou em posturas contrárias em relação à esse movimento, além dos diferentes graus de dependência em relação ao estado. Porém, tal fator não impediu que os pescadores, principalmente os do norte e nordeste, se mobilizassem. Assim, no ano de 1988, com o apoio da CPP, surge o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE).

De acordo com a edição de dezembro de 1991, da revista “Pescando e Lutando”, editada pelo MONAPE, o processo de criação deste movimento ocorreu da seguinte forma:

- Este primeiro momento de discussão ocorreu em 1987 em Belém-PA e participaram pescadores dos estados de Alagoas, Maranhão, Ceará, São Paulo, e Pará, com continuidade programada para o Ceará.
- Em janeiro de 1988, em Parajuru-CE, aconteceu um novo encontro, com maior número de participantes e com a intenção de definir os rumos do movimento. Entretanto, em função de diferenças explicitadas sobre como orientar o movimento, as definições ficaram adiadas para o próximo mês de abril.
- Em abril de 1988, na cidade de Olinda-PE, os pescadores decidem pela criação oficial do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE, com o objetivo de “Dinamizar e organizar a categoria dos pescadores, para que se torne sujeito de sua história e mais apta na defesa de seus direitos e interesses”. Neste encontro participaram pescadores do Maranhão, Pará, Pernambuco, Ceará e Alagoas.
- Novos encontros aconteceram., ainda em 88, no Maranhão, aconteceu o 2º Encontro do MONAPE, no mês de setembro, com a participação de pescadores do Maranhão, Pernambuco, Ceará e Alagoas. Neste último local deveria ter ocorrido o 3º Encontro. Entretanto, em função da desorganização, acabou tendo caráter de reunião.
- O 3º Encontro¹⁶ do MONAPE aconteceu em outubro de 1989, em que se rediscutiram os objetivos do movimento, que passaram a ser: “Participar na luta de transformação desta sociedade, para uma outra onde não haja explorados e nem exploradores e lutar pela autonomia e independência da organização dos pescadores”. Participaram deste encontro representantes dos estados de Pernambuco, Pará, Maranhão, Alagoas e Ceará.

¹⁶ Este informativo não especifica onde ocorreu este encontro.

- Em maio de 1990, aconteceu o 4º Encontro em Olinda-PE. Além dos pescadores de Pernambuco participaram pescadores da Bahia, Espírito Santo, Ceará, Alagoas e Maranhão. Um marco importante neste evento foi a definição das regionais do MONAPE, com a responsabilidade de articular os pescadores em suas áreas e mobilizar para o grande encontro planejado para 1991.
- Em outubro de 1991, aconteceu o 5º Encontro Nacional dos Pescadores precedido de encontros regionais. Participaram representantes do Amapá, Pará, Maranhão, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, num total de 34 pescadores.

Neste último encontro, se definiu o princípio da independência em relação aos grandes empresários. Também se definiram reivindicações e estratégias:

Quanto às reivindicações:

1. Luta pela garantia às comunidades pesqueiras, do direito à educação, saúde, moradia e saneamento;
2. Reivindicar uma política de crédito que atenda ao pequeno pescador;

Quanto às estratégias:

1. Reforçar a organização dos pescadores com participação em outros setores da classe trabalhadora e definir um símbolo que expresse a luta da categoria;
2. Criar núcleo de formação política dentro do movimento;
3. O MONAPE encaminhará informações às lideranças que representam a categoria;
4. Assessoria que incentive, colabore e apóie o movimento com subsídios técnicos e políticos, sem interferência na autonomia do movimento;

. De acordo com o 2º volume da revista do MONAPE editada no ano de 1994, seus principais objetivos são:

1. A melhoria da qualidade de vida e trabalho dos pescadores, garantindo seu espaço de trabalho, de moradia e a sua cultura;
2. A unificação da categoria sob uma única forma de representação, combativa e representativa, com a atuação de homens e mulheres sem discriminação;
3. Provocar e sustentar o debate e a participação das mulheres no movimento;
4. A elaboração de projetos alternativos de produção visando o desenvolvimento de pequenas comunidades e povoados de pescadores;
5. A elaboração de uma proposta de política pesqueira, amplamente discutida com a categoria e com um grupo de técnicos que possam dar suporte científico.
6. A criação de um Ministério ou Secretária Nacional da Pesca, com estruturas transparentes e democráticas;
7. A unificação política com os demais movimentos populares, tais como a Central Sindical (CUT), índios, trabalhadores sem terra e extrativistas em geral, de modo a criar uma pauta de propostas em comum.
8. A ampliação da organização formal e política dos pescadores.
9. Participação no meio parlamentar

Entretanto, sua atuação nitidamente estava concentrada no norte e nordeste do país, principalmente nos locais onde existem as regionais do CPP. Na tabela abaixo, extraída desta publicação do MONAPE, seguem as localidades onde existe algum tipo de trabalho do MONAPE:

QUADRO 4 : ESTADOS EM QUE EXISTE ALGUM TIPO DE ATUAÇÃO DO MONAPE
(FONTE: MONAPE, 1994)

TIPO DE ORGANIZAÇÃO	ESTADOS	QUANTIDADE
MOVIMENTOS ORGANIZADOS	PA, MA, CE, AL (Federação)	4
COMISSÕES ORGANIZADAS	RN, PA, PE	3
CONTATOS E PESSOAS DE REFERÊNCIA	RS, SC, SP, RJ, SE, BA, TO, AM	7

Entretanto, existem esforços para ganhar adesão de pescadores das regiões sudeste e sul. De acordo com este mesmo informativo, no ano de 1993 representantes deste movimento fizeram visitas às Colônias e Federações de alguns estados. A tabela abaixo mostra a quantidade de organizações de pescadores contatadas por estas lideranças:

QUADRO. 5 : LOCAIS QUE FORAM VISITADOS PELAS LIDERANÇAS DO MONAPE.

REGIÃO	ESTADO	TOTAL	%
NORTE	AMAPÁ	6	20,0
	PARÁ	23	76,7
	TOCANTINS	1	3,3
	TOTAL	30	
NORDESTE	MARANHÃO	21	26,9
	CEARÁ	10	12,8
	R. G. do NORTE	10	12,8
	PARAÍBA	7	9,0
	PERNAMBUCO	11	14,1
	ALAGOAS	8	10,3
	SERGIPE	5	6,4
	BAHIA	6	7,7
	TOTAL	78	
SUDESTE	RIO DE JANEIRO	3	30,0
	SÃO PAULO	7	70,0
	TOTAL	10	
SUL	PARANÁ	1	11,1
	SANTA CATARINA	5	55,6
	R. G. do SUL	3	33,3
	TOTAL	9	

fonte: MONAPE, 1994

No estado do Paraná, o local visitado foi a Federação dos Pescadores, no município de Paranaguá.

No ano de 2004, em entrevista editada pelo Boletim do Conselho Pastoral dos Pescadores, o Frei Franciscano Bernard Christoph Siry, na época como secretário geral do CPP, relata os locais que existem trabalhos desta Pastoral. De acordo com ele, existem 6 regionais no país: no norte, com a sede em Belém-PA, no centro-norte, que compreende os estados do Maranhão e Piauí, no Ceará, com sede em Fortaleza, em Pernambuco, com sede

em Olinda, na Bahia, com sede em Salvador e a regional sul, com sede em São Paulo, porém a atividade neste local não está ativa. Portanto, percebe-se que a atuação do CPP em 2004 se restringia às regiões norte e nordeste do país.

De acordo com as lideranças entrevistadas ¹⁷deste movimento, no início de 2006, o MONAPE não conseguiu fixar raízes no sudeste e principalmente no sul, apesar de que no processo prévio de formação houve a participação de lideranças do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Além de não conseguir o apoio dos pescadores do sul e sudeste, estes entrevistados relatam alguns problemas internos ocorrido no MONAPE na última gestão (2000 – 2004), quando a sede se situava no Pará. De acordo com eles, neste momento o movimento perdeu seu caráter original, em que havia uma integração com as demais regiões que participavam ativamente. Parece que a preocupação dos dirigentes da época se centrou em fatores monetários e políticos, com a possibilidade de terem aproveitado a estrutura erguida nestes anos de luta para benefício próprio. Então, como forma de retomar os ideais do movimento, foi criado em 2003 a chapa “Articulação Nacional”, para disputar a direção do movimento. Este grupo obteve a vitória, com o compromisso de retomar os objetivos originais do movimento

Atualmente, o MONAPE continua concentrado no nordeste. O Presidente é do Maranhão, o tesoureiro é de Pernambuco e o secretário é um paraense que vive em Alagoas. No momento de posse, a nova chapa constatou o desaparecimento dos arquivos internos, o que gerou sérios problemas administrativos, impossibilitando a prestação de contas aos órgãos financiadores..

Após estes 18 anos de existência, é possível observar alguns avanços. Existem conselhos em que há a participação formal do MONAPE, dentre os quais se destacam o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca. A Primeira grande conquista derivou das reivindicações do Movimento da Constituinte da Pesca, que culminou no direito constitucional de livre organização dos pescadores, bem como a recuperação das colônias para os pescadores.

A importância da criação do MONAPE é óbvia, seja pela sua independência ,pelo desejo de se tornar um movimento nacional como pela consciência que suas definições

¹⁷ A entrevista foi realizada por PIERRI (2006), na cidade de Olinda-PE. Foram entrevistadas as seguintes lideranças do MONAPE: Severino Antonio dos Santos, Rodrigo Correa, Renata Mazzi.

expressem sobre a realidade dos pescadores. Porém, parece haver importantes fatores que questionam a eficiência do movimento. Por um lado, o fato de não conseguir atingir um nível nacional, se mantendo concentrado no norte e nordeste do país. Por outro, a fraqueza evidenciada pelo fato do movimento ter sido controlado por uma gestão descomprometida com os ideais originais.

5.2 ORGANIZAÇÕES E MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES DO LITORAL DO PR. O CASO DOS PESCADORES DE PONTAL DO PR E

5.2.1. AS ORGANIZAÇÕES E MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES DE PONTAL DO PR

Além das Colônias, os pescadores paranaenses estão organizados em Associações, com características locais relativas ao entorno. Em algumas localidades, a associação de moradores constitui em uma forma de organização que também contempla os pescadores, principalmente nas vilas situadas no entorno da Baía de Paranaguá

Em Paranaguá está localizada a Federação Estadual dos Pescadores, que é o órgão de representação de todas as Colônias de Pescadores do Paraná, tanto do litoral quanto do interior. Somente as diretorias das Colônias estão aptas a escolherem o Presidente da Federação.

Além destas instâncias, no município de Antonia existe uma Cooperativa de produção de Pescados (Coopeserramar), fundada na metade do ano 2000, com apoio da Universidade Federal do Paraná. Uma cooperativa, teoricamente se diferencia dos demais, em função de seu caráter produtivo, o que envolve relações de produção entre seus associados.

Para maiores informações sobre as organizações de pescadores no litoral paranaense, consultar PIERRI *et al* (2006) e ROUGEULLE (1993).

No caso do município de Pontal do Paraná, a formação destas instâncias está diretamente ligada com sua emancipação. Até então, os balneários localizados entre Praia de Leste e Pontal do sul pertenciam à Paranaguá. Com a mobilização dos comerciantes locais principalmente, iniciou-se o processo de emancipação que culminou na formação de um novo

município no ano de 1997. Consequentemente, este episódio aparentemente impulsionou a organização coletiva dos pescadores locais .

De acordo com a Secretária da Colônia dos Pescadores, atualmente existem no município em torno de 580 pessoas ligadas diretamente com esta atividade. Em relação à mobilização organizada deste grupo, seu início ocorreu em 1999, com a formação da primeira associação de pescadores, a Associação Comunitária de Pescadores (ASCOMPES), situada no balneário de Shangri-lá. De acordo com o vice-presidente da Colônia, anteriormente, houve a tentativa de algumas lideranças locais de criar uma associação de pescadores no município de Paranaguá, mas não houve êxito algum..

A iniciativa da criação da ASCOMPES reflete um descontentamento dos pescadores perante a Colônia de Paranaguá e a Federação Estadual, que de acordo com os entrevistados, não havia uma verdadeira representatividade e defesa de seus interesses pelos seus representantes formais. Como Pontal do Paraná pertencia ao município de Paranaguá até 1997, os pescadores costeiros estavam registrados na Colônia deste município. Em função da autonomia conquistada por Pontal, houve a busca de independência plena, por meio de uma associação própria.

Sendo assim, a ASCOMPES representa um passo importante na construção da identidade de interesses, constituindo uma ferramenta necessária para a mobilização coletiva.. Em seu processo de formação, participaram 80 pescadores, que com o auxílio de alguns vereadores locais puderam construir uma estrutura básica de funcionamento, que consistiu em um espaço físico e um computador. A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca SEAP reconheceu esta associação como representante dos pescadores e lhe deu atribuições semelhantes das colônias, o que possibilitou a emissão de carteira de pescador. Entretanto, não houve plena adesão dos pescadores locais, sendo que muitos ainda permaneceram cadastrados na Colônia em Paranaguá.

Um possível fator de não adesão plena a esta associação se deve ao fato de haver uma rivalidade dos pescadores de alguns balneários do município de Pontal do Paraná. É o caso de Pontal do Sul com Barrancos e Shangri-lá. É importante destacar que, ente outros fatores, a localização espacial determinou algumas diferenças na evolução das técnicas de pesca, tendo reflexos na rentabilidade da pesca. Pontal do Sul se diferencia dos demais pela presença do canal do DNOS, que possibilita a utilização de embarcações maiores, tais como botes e barcos. Nos demais balneários, onde os pescadores geralmente saem da praia para pescar, somente é possível a utilização de canoas motorizadas, que são mais fáceis de manejar em

áreas de arrebentação. Entretanto, o poder de alcance e capacidade de estocagem é menor se comparado com os botes e barcos, que geralmente possuem locais próprios para armazenar o produto, garantindo assim uma maior autonomia e alcance.

Independentemente destas diferenças, de acordo com as lideranças locais a ASCOMPES obteve sucesso em algumas de suas reivindicações, tais como a conquista de crédito para a compra de apetrechos de pesca, concedido pelo governo estadual, mediante ao programa “Paraná doze meses”, e a parceria com a EMATER, que cedeu um funcionário para o auxílio de questões burocráticas referentes ao acesso aos programas de crédito.

Além disso, destaca-se a atitude de alguns pescadores dos balneários de Barrancos e Shangri-lá na defesa de seus territórios de pesca na época do antigo defeso destinado à pesca de arrasto motorizado. A estratégia adotada por eles consistia em observar da praia as embarcações que vinham de outros lugares, principalmente do Balneário de Guaratuba-PR, que burlavam a proibição do arrasto. Então se reuniam em torno de dez canoas, que postas ao mar, seguiam em direção das embarcações invasoras para cercá-la e expulsá-la.

Em 2004, com a alteração na legislação pela SEAP, que até então permitia que Associações de Pescadores certificassem os pescadores profissionais, somente a Colônia de Pescadores passou a deter o poder de intermediar os direitos e benefícios trabalhistas. Assim, neste mesmo ano é criada a Colônia de Pescadores de Pontal do Paraná (Z-05), que herdou toda estrutura física da ASCOMPES, que no papel, ainda existe. Também houve o auxílio de alguns políticos locais no seu processo de criação.

Inicialmente, conforme o relato das lideranças, a Colônia possuía mais de 200 sócios. Atualmente, de acordo com a mesma fonte, existem 370 associados, pertencentes aos balneários de Praia de Leste, Ipanema, Carmery, Shangri-lá, Barrancos, Pontal do Sul e Ponta do Maciel. Porém, em função da alta inadimplência, apenas 130 estão em dia.

Para ser associado é necessário ter carteira de pescador (emitida pela SEAP). Pescador de praia pode ser associado, desde que tenha carteira de pescador. Entretanto, a SEAP tem exigido documento da embarcação. Se for quinhoeiro, então o pescador necessita do aval do proprietário para o qual ele presta serviços. E para se manter sócio é necessário pagar uma mensalidade de R\$ 10,00. Com um atraso de três meses, pelo estatuto, existe a possibilidade de suspender o cadastro na Colônia. Com seis meses, o pescador pode ser excluído.

A grande maioria dos associados são pescadores, seguidos de pescadores de bote. Apenas uma minoria de pescadores filiados possui embarcações maiores (barcos), no máximo cinco associados¹⁸.

Em relação à proporção de mulheres associadas, de acordo com o Presidente da Colônia, elas correspondem à metade dos sócios.. Na sua maioria são esposas dos pescadores, que participam no processamento do produto.

Atualmente, a quantidade de associados tem diminuído. Isto ocorre, provavelmente, porque alguns deixam de ser pescadores para trabalharem em outras profissões, principalmente no setor público. Por questões trabalhistas, se um pescador tiver carteira assinada em um emprego qualquer, perde automaticamente a carteira de pesca. Outro fator que contribuiu para que a diminuição de associados está relacionado com a implementação de uma política, por parte da SEAP, de combate ao “falso pescador”, que consiste em um maior rigor na emissão da carteira de pescador. Em virtude dos benefícios, muitas pessoas que não participam da cadeia produtiva se associavam à Colônia, e os Presidentes muitas vezes certificavam (e ainda certificam) a condição de pescador por amizade, ou como troca de favores e até como parte de esquemas clientelísticos, “comprando” votos para algum candidato, na expectativa de algum retorno ou benefício posterior, para categoria ou para si próprio. Desta maneira, a SEAP diminui as chances de existirem pessoas cadastradas alheias à atividade.

Atualmente, as conquistas almejadas referem-se ao reconhecimento dos direitos das mulheres que trabalham em atividades vinculadas à pesca, uma sede própria (pois a atual está inserida em um espaço concedido pela Prefeitura Municipal) e uma câmara de gelo para estocagem do produto.

Além dos acontecimentos anteriormente citados pelas fontes como conquistas coletivas, um importante evento de mobilização também relatado refere-se a indenização obtida com o derrame de óleo Navio Vicuña na Baía de Paranaguá, no mês de novembro de 2004.. Neste momento, a empresa responsável pelo acidente foi obrigada a ressarcir-los monetariamente¹⁹, em função da proibição da atividade pesqueira por um período de 60 dias²⁰

¹⁸ As canoas podem ser de madeira ou fibra com propulsão a remo, vela ou motor com potência variando de 11 a 24 HP. Os botes são embarcações maiores que as anteriores, com propulsão motorizada de no máximo 36HP. Por sua vez, barcos são as maiores embarcações e possuem convés e porão de gelo, cuja potência dos motores varia entre 100 e 150 HP. Para maiores detalhes consultar Andriquetto-filho *et al* (2004).

¹⁹ De acordo com os pescadores, a indenização variou de R\$ 400 a R\$ 2000. Alguns também receberam uma cesta-básica.

²⁰ 60 dias após o acidente do Navio (16 de novembro de 2004).

nas áreas afetadas e nas adjacências, pela Instrução Normativa do IBAMA Nº 32 de 16 de Dezembro de 2004.

Neste desastre ecológico, paralelamente à Colônia de Pescadores, houve a mobilização de uma outra Associação de Pescadores, a Associação de Pescadores e Aqüicultores do Balneário de Pontal do Sul – APASUL, que batalhou junto à Federação por uma indenização aos pescadores do Balneário. Segundo a liderança entrevistada, este foi o maior evento de mobilização e reivindicação realizados por eles²¹. Fundada em 2003, por iniciativa dos pescadores locais, que de acordo com o Presidente, os pescadores de Pontal do Sul, em especial os situados no bairro de Pontal II não estavam sendo devidamente representados pela Colônia. Atualmente possui 75 pescadores associados, de vários balneários, inclusive de fora do município. Existem pescadores associados que provém de São Francisco do Sul, de Matinhos, até do Rio grande do Sul.

Os requisitos para se associar é ser pescador com carteira. A mensalidade é de R\$ 5,00. O número de associado em dia não passa de 10. A maioria deles são pescadores de bote e de canoa. O número está crescendo em função da divulgação do trabalho, que de acordo com o Presidente as informações importantes são repassadas diretamente nas casas dos associados. A metade dos associados são mulheres, cuja maioria se associou no início.

5.2.2 PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES FORMULADOS NA I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE AQUICULTURA E PESCA PELOS PESCADORES DE MAR ABERTO (2003) E NA REUNIÃO COLÔNIA

Historicamente, depois do Movimento da Constituinte, a 1ª Conferência representa o segundo momento em que o governo cria uma instância para “ouvir” as demandas dos diferentes setores da pesca. Ao final desta conferência, foi produzido pela SEAP um documento contendo as demandas do setor pesqueiro paranaense, o qual foi setorizado em: Pesca Marinha, Pesca Fluvial, Piscicultura, Aqüicultura Continental em tanques redes e Maricultura. Devido ao foco deste trabalho, nossa análise se restringirá às demandas de Pesca Marinha.

²¹ De acordo com o Presidente da APAPSUL, houve um conflito entre a Federação dos Pescadores e a Colônia de Pescadores de Pontal do Paraná, relativo às pessoas que deveriam ser beneficiadas. Pelo estatuto da Colônia somente quem está em dia poderia receber tal benefício. Porém, o Presidente da Federação declarou que todos que fossem pescadores deveriam ser contemplados.

Foram categorizados seis grandes eixos de demanda deste setor:

- 1- ORDENAMENTO DA PESCA MARÍTIMA
- 2- PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
- 3- CAPTAÇÃO DE RECURSOS
- 4- INFRAESTRUTURA, GESTÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
- 5- FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO
- 6- AÇÕES SOCIAIS PARA O SETOR

Para análise das demandas efetivamente conquistadas, nas tabelas abaixo foram reproduzidas integralmente do documento da SEAP todas as questões levantadas pelos pescadores que participaram do grupo de Pesca Marinha, na 1ª Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca.

Dentro das seis categorias, foram elencadas trinta demandas, por ordem de importância.

No que se refere ao ordenamento da pesca marítima, o item da maior importância foi a participação dos pescadores na elaboração da legislação pesqueira, seguido da revisão do período do defeso em baías, da fiscalização das áreas destinadas a pesca artesanal, da revisão da legislação, da isenção de taxas e da Isenção da milha para canoas (ou pequenas embarcações). Com base nestas reivindicações, é possível inferir que a grande demanda relacionada com este tema é a mudança da legislação, que se expressa pela vontade dos pescadores em participarem do manejo, e da fiscalização, com o objetivo de assegurar seus territórios de pesca.

Na segunda categoria, relativa a pesquisa e a extensão rural, o aumento da assistência técnica aparece como item prioritário, seguido da capacitação para captura, beneficiamento e comercialização e da pesquisa aplicada a pesca. Aparentemente, existe uma carência de assistência técnica, tanto em relação aos apetrechos quanto à estrutura de beneficiamento.

A terceira categoria se refere a captação de recursos. Os pescadores demandam maior facilidade nos financiamentos, para poder investir em equipamentos de pesca.

A quarta categoria, referente a infra-estrutura, gestão da produção e comercialização, os itens de maior importância se referem à regularização de suas moradias situadas em terrenos da união ou da marinha, e o investimento em sistemas de tratamento de esgoto. A Infra-estrutura de produção ficou em segundo plano.

A quinta categoria é específico sobre a fiscalização, cujo item prioritário se refere a indenização dos pescadores em desastres ambientais. Em seguida, os pescadores reivindicam maior fiscalização das atividades dos pescadores, de modo a coibir a atividade do “falso pescador”. Fiscalização mais educativa, fiscalização das grandes embarcações, participação dos pescadores na fiscalização, respectivamente são as demais demandas dentro desta categoria.

A sexta categoria diz respeito ao plano social. Como prioridade, os pescadores reivindicam uma aposentadoria diferenciada, que leve em consideração a periculosidade, o desgaste do trabalho e a baixa renda dos pescadores. Em seguida vem a questão da agilidade no recebimento do seguro desemprego. A educação Básica especial para os pescadores foi elencado como último item dentro desta categoria.

QUADRO 6: DEMANDAS DO SETOR DE PESCA MARÍTIMA LEVANTADAS NA 1ª CNAP

1-Ordenamento da pesca marítima	5- Fortalecimento da Fiscalização
1.1- Legislação participativa	5.1- Indenização por derrame de produtos químicos (acidentes ambientais)
1.2- Revisão do período do defeso em baías	5.2- Fiscalização das atividades dos pescadores (evitar falsos pescadores)
1.3- Fiscalização das áreas destinadas a pesca artesanal	5.3- Fiscalização mais educativa
1.4- Revisão da Legislação	5.4- Fiscalização para grandes embarcações
1.5- Isenção de taxas	5.5- Participação dos pescadores na fiscalização
1.6- Isenção de taxa milha para canoas (ou embarcações pequenas)	5.6- Arrasto apenas para canoas e pequenas embarcações
2- Pesquisa, Ass. Técnica e extensão rural	6- Ações sociais para o setor
2.1- Aumento da ass. técnica	6.1- Aposentadoria e contribuição diferenciadas (especiais)
2.2- Capacitação para captura, beneficiamento e comercialização	6.2- Legislação de Segurança e Saúde do trabalho específica ao setor pesqueiro
2.3- Pesquisa aplicada a pesca	6.3- Agilidade no recebimento do seguro desemprego
3- Captação de recursos	6.4- Melhorias no atendimento à saúde
3.1- Facilitar financiamentos	6.5- Seguros para o pescador e para os equipamentos
3.2- Investimentos em equipamentos de pesca	6.6- Educação básica especial para os pescadores
4- Infraestrutura, gestão da produção e comercialização	(fonte: SEAP/PR)
4.1- Regularização de habitação	
4.2- Saneamento básico	
4.3- Central de compras e vendas	
4.4- Estrutura para beneficiamento	
4.5- Incentivo a formação de cooperativas	
4.6- Atracadouros para abastecimento	
4.7- Obras para a navegação	

Destas trinta demandas elencadas pelos pescadores, é possível observar o cumprimento das seguintes demandas no município de pontal do Paraná:

Item 1.4 Revisão da Legislação: A legislação referente ao defeso de mar aberto foi alterada, mudando-se os períodos e mudando o tipo de defeso. Houve protestos por parte de alguns pescadores na 2ª CEAP. (mais adiante será abordada esta questão)

Item 2.3 Pesquisa aplicada: Nos últimos anos têm havido um maior interesse pela pesquisa voltado ao setor pesqueiro, como é o caso do Centro de Estudos do Mar- UFPR.

Item 3.1 Facilitar Financiamentos: O governo federal criou programas de acesso ao crédito, tais como o PRONAF e o PROFROTA. Em Pontal do Paraná, a EMATER auxilia os pescadores ao acesso a tais programas.

Item 4.2 Saneamento básico: Existem projetos de pesquisa experimentais dentro do Centro de Estudos do Mar, com o objetivo de melhorar as condições sanitárias dos pescadores da Ilha Rasa e do Balneário de Shangri-lá.. Também existe um projeto do governo estadual (PARANASAN) que consiste na construção de estações de Tratamento de Esgotos (ETE'S) no litoral paranaense.

Item 5.1 Indenização por derrame de produtos químicos (acidentes ambientais): No desastre ecológico ocorrido com o navio chileno *Vicuña*, os pescadores artesanais de Pontal do Paraná foram indenizados, em função da proibição da pesca dentro da Baía de Paranaguá e na faixa costeira.

Item 5.2 Fiscalização das atividades dos pescadores (evitar falsos pescadores): A SEAP tornou mais rigorosa a emissão das carteiras de pesca. Entretanto, muitas mulheres que participam da cadeia produtiva perderam a carteira de pesca, bem como todos direitos que haviam adquiridos em anos anteriores.

Item 6.6 Educação básica especial para os pescadores: O governo Federal tem implementado no país o programa “Pescando Letras”, destinado a alfabetização dos Pescadores. Um outro programa de capacitação aconteceu no ano de 2006 nas dependências

do Centro de Estudos do Mar – UFPR, que se refere a um curso sobre maricultura ministrados para os pescadores da região.

5.2.3 PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES FORMULADOS NA II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE AQUICULTURA E PESCA PELOS PESCADORES DE MAR ABERTO (2003) E NA REUNIÃO COLÔNIA

Algumas destas questões foram retomadas na 2ª CEAP, ocorrida no balneário de Praia de Leste-PR, no início de 2006. Porém, elas foram discutidas de maneira mais superficial nesta edição estadual. Neste local, membros do Laboratório sócioambiental – CEM-UFPR estiveram presentes como observadores. Com o auxílio de um roteiro de observação, foi avaliada a participação dos pescadores marítimos paranaenses. Houve a participação aproximadamente 300 pessoas, dentre as quais estavam presentes pescadores artesanais marítimos, pescadores do interior, aquícultores, técnicos do IBAMA, da EMATER, pessoas ligadas a ONG's e a universidades. Estiveram presentes membros das seguintes colônias de pescadores: Altonia, Guaratuba, Matinhos Paranaguá, São Miguel do Oeste.

O evento foi estruturado em dois dias, dos quais houve três grandes momentos: num primeiro momento aconteceram as palestras e a aprovação em plenária do regimento interno da Conferência Estadual. O segundo momento, que acabou sendo comprometido em função do não cumprimento da programação oficial, foi o trabalho nos 4 grupos temáticos (Aquicultura, Maricultura, Pesca de baía, Pesca de mar aberto). O terceiro momento houve a votação das resoluções elaboradas nos grupos e a escolha dos delegados e delegadas para a 2ª Conferência Nacional.

No primeiro dia, houve a recepção e o cadastramento dos participantes. Na sequência, ocorreu a aprovação do regimento interno e as apresentações das políticas de desenvolvimento da SEAP, que incluíam palestras técnicas. Privilegiou-se a aquícultura. Como por exemplo, a Palestra do Professor Dr. Ricardo Pereira Ribeiro da Universidade Estadual de Maringá, cujo tema abordou o melhoramento genético de tilápia (*Oreochromis sp.*), uma espécie africana de água doce, cultivada em tanques.

Pela programação do evento, após a estas palestras, deveria acontecer a discussão nos grupos de trabalho neste mesmo dia. Porém houve um atraso, o que fez com que as discussões

nos grupos ocorressem no dia seguinte, no período da tarde. Houve também um outro problema. Em função da disponibilidade do Secretário da Pesca naquele momento, a palestra de caráter político, que deveria ter acontecido na abertura da conferência acabou sendo realizada no segundo dia. Assim, os trabalhos em grupo, que em teoria era o momento mais importante do evento, em que se discutiriam as políticas do setor e se chegariam aos pontos importantes a serem defendidos pelos delegados do Paraná na Conferência Nacional, ficaram para tarde do 2º dia, momento em que os participantes estavam exaustos.

De acordo com a tabela abaixo, é possível observar que quase a metade do evento acabou sendo destinada às falas das pessoas que compunham a mesa, das quais, estavam presentes o Presidente da Federação, o Prefeito do Município, representantes da SEAP, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Técnicos da Emater e Deputada Federal que compõem a banca da pesca. No segundo dia, além destas pessoas, estavam presentes o então Secretário da Pesca e o vice-governador do Estado.

QUADRO 7: COMPARAÇÃO ENTRE O PLANEJADO E O OCORRIDO NA 2ª CEAP.

		o que estava programado	o que aconteceu
PRIMEIRO DIA	Manhã	Abertura com a fala dos integrantes da mesa	Discurso dos integrantes da mesa
		Aprovação do regimento interno da conferência	Aprovação do regimento interno
		Apresentação das políticas de desenvolvimento da aquicultura e pesca no Brasil, pela SEAP	
	Tarde	Palestra-1 sobre melhoramento genético da Tilápia	Apresentação das políticas de desenvolvimento da aquicultura e pesca no Brasil, pela SEAP
		Palestra-2 sobre cultivo em tanques.	Palestra-1 sobre melhoramento genético da Tilápia
		Apresentação do documento base da 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca	Palestra-2 sobre cultivo em tanques.
		trabalhos em grupo	Apresentação do documento base da 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca
		o que estava programado	o que aconteceu
SEGUNDO DIA	Manhã	Continuação do trabalho em grupo	Discurso dos integrantes da mesa
	tarde	Plenária final de aprovação das propostas para o documento-base	Trabalhos em grupo
		Escolha dos delegados e delegadas para a 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca	Plenária final de aprovação das propostas para o documento-base
		Encerramento	Escolha dos delegados e delegadas para a 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca
			Encerramento

Esta abordagem da SEAP/PR irritou alguns pescadores artesanais de mar aberto e de baía, que eram a maioria no evento, pois além do atraso do trabalho dos grupos, a conferência teve um enfoque muito direcionado à aquicultura de caráter empresarial. Em uma instância que, em tese, se propunha a discutir os principais problemas da pesca, em um local cuja maioria dos pescadores são artesanais e marítimos, e se discute principalmente a aquicultura de água doce e empresarial, naturalmente era de se esperar um incômodo nos participantes.

Apesar dos ruídos e protestos de alguns pescadores que estavam ali, não houve uma mobilização suficientemente organizada a ponto de exigir explicações da SEAP. Entretanto, foi possível observar uma manifestação dos pescadores em relação à dois temas específicos: mudança do defeso e carteira de pescador profissional para as mulheres.

Alguns dias antes, o IBAMA, que é o atual órgão gestor da pesca, baixou uma nova instrução normativa ([Instrução Normativa Ibama nº92, de 7 de fevereiro de 2006](#)) que alterou

o período de defeso destinado a pesca de arrasto com portas motorizada, destinada a captura do camarão (*Penaeidae*). Antes desta portaria, do dia 1º de março até 31 de maio estava proibida a pesca do arrasto motorizado com portas na costa litorânea do sudeste e sul, regulamentada pela Portaria do IBAMA nº 74 de 13/02/2001. Antes, o defeso se destinava ao uso do apetrecho (arrasto motorizado com portas). Com esta nova legislação, o defeso não está voltado mais para o apetrecho, mas sim aos recursos pescados por este apetrecho.

De maneira geral, independentemente das dimensões da rede, das portas e da potência do motor, o arrasto motorizado com portas tem como alvo algumas espécies de camarões, dentre as quais se destacam o Camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), o camarão-branco (*Litopenaeus schimitti*) e o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*). Portanto, o defeso passou a ser destinado para duas espécies de camarões: para o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), cuja pesca é fechada no período de 1º de março até 31 de maio e para o camarão sete-barbas, cuja pesca é vedada no período de 1º de outubro até 31 de dezembro. Ou seja, não se restringe ao uso do apetrecho (arrasto com motor), mas sim a captura para se pescar determinada espécie de camarão, o que causou uma indignação por parte dos pescadores artesanais de Pontal do Paraná, principalmente em relação ao estabelecimento do defeso para o camarão-rosa.

O camarão-rosa ocorre além da plataforma continental, sendo pescado em áreas profundas, o que exige barcos grandes e potentes, ausentes na frota pesqueira paranaense. Portanto, esta portaria não teve efeito direto sobre os pescadores do estado, mas acarretou em um efeito indireto. De acordo com os pescadores artesanais esse novo defeso afeta a pesca do Camarão branco (*Litopenaeus schimitti*), cuja safra geralmente ocorria na época do antigo defeso. Para pescá-lo, não há a necessidade do uso de arrasto motorizado com portas. Geralmente este recurso é capturado por uma técnica mais seletiva, menos depredatória e mais barata economicamente, que é técnica do *caceio*, que consiste em “soltar” uma rede retangular de emalhe, deixando-a derivar com a maré.

A preocupação maior dos pescadores foi motivada pela seguinte hipótese: Se é possível pescar com arrasto de porta neste período que até então era proibido, pois a legislação não restringe mais o apetrecho, mas sim o recurso, então os grandes barcos invadirão a área de pesca dos pequenos pescadores, que se utilizam do *caceio*. Consequentemente haverá uma perda significativa na produtividade do camarão-branco pelos pequenos pescadores, pois os grandes barcos arrasteiros capturariam a maior parte, em função da restrição da pesca do camarão-rosa, que ocorre em áreas inacessíveis aos pescadores

artesanais paranaenses. Em decorrência disto, os pescadores artesanais perderiam muito dinheiro, pois, paradoxalmente, o defeso anterior era o período de safra destes pescadores, onde pescavam camarão branco sem grandes concorrentes. Entretanto, não houve um consenso por parte dos pescadores em relação a mudança do defeso. Somente os pescadores de canoa se sentiram prejudicados, a ponto de terem exigido da SEAP, neste encontro, o retorno ao antigo defeso. Quanto aos demais pescadores, que possuem botes e barcos, aparentemente não houve a mesma preocupação

O outro tema foi relativo à carteira de pescador para as mulheres. No ano de 2004, houve o I Encontro das Mulheres Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura, cujo objetivo foi reforçar e valorizar a atuação das mulheres na pesca, que participam da cadeia produtiva, particularmente na parte de beneficiamento do pescado.

No geral, enquanto os homens pescam, as mulheres limpam e filetam os peixes em terra. Porém, além de participarem da captura de crustáceos e moluscos. Têm mulheres que pescam também, como é o caso das vilas do interior da baía de Paranaguá. Apesar de haver participação feminina no processo produtivo, elas não têm seu trabalho reconhecido. Portanto, não podem se aposentar e não podem adquirir direitos similares aos homens.

Neste encontro das mulheres, a SEAP se comprometeu a reconhecer o trabalho delas pela concessão de carteiras de pescador profissional. Contudo, No ano de 2006 a SEAP realizou um recadastramento geral dos pescadores, e todos aqueles que declararam que não participam diretamente da extração do recurso tem ou terão suas carteiras canceladas. Em função de grande parte das mulheres participarem do processamento e beneficiamento, muitas delas perderam sua carteira de pescador, o que as motivou a protestar.

Lideradas pela Cleonice, uma pescadora do Balneário de Barrancos, as mulheres se mobilizaram. Inclusive, contaram com a ajuda de uma deputada federal (Selma Schons-PT) nos tramites legais necessários para interferir no poder legislativo.

Por iniciativa desta mesma pescadora (na realidade ela atua no processamento e no beneficiamento do pescado) tanto a reivindicação do defeso quanto da carteira das mulheres foram colocadas em um abaixo-assinado (ver anexo) que foi entregue diretamente para o Secretário da Pesca no segundo dia.

5.2.3.1 AS DINÂMICAS NOS GRUPOS DE TRABALHO

Foram delimitados pela SEAP 4 grupos de trabalho: *pesca de mar aberto*, *pesca de baía*, *maricultura* e *aqüicultura (água doce)*. Em cada grupo, com exceção da aqüicultura de água doce que foge do escopo do trabalho, houve a participação de membros do laboratório sócio-ambiental, que levantou informações com o auxílio de um roteiro de observação (ver anexo). Em função da temática deste trabalho estar focado nos pescadores da orla sul do litoral paranaense, em especial os pescadores de Pontal do Paraná, cuja pesca principal é a de “mar aberto”, se apresentaram dados deste grupo.

5.2.3.2 PESCA DE MAR ABERTO

Este foi o grupo que teve a participação da maioria dos pescadores que estavam no evento. A dinâmica de trabalho se sucedeu da seguinte forma: os moderadores escolhidos pela SEAP propuseram que os pescadores se dividissem de acordo com o município, para escreverem no papel as demandas mais pertinentes. Posteriormente, tais questões seriam levadas ao grupo geral para que 5 delas fossem eleitas como prioritárias, para serem levadas pelos delegados na Conferência Nacional.

Portanto, houve dois momentos: os sub-grupos e o grupo todo. Em ambas as instâncias houve a participação de membros do Laboratório Sócio-Ambiental CEM – UFPR, que com o auxílio de um roteiro de observação, acompanhou as discussões de forma passiva, ou seja, sem interferir nos debates.

A disposição dos participantes neste grupo (tanto no geral quanto no sub-grupo) foi em roda segmentada, em que se sentavam lado a lado os pescadores, tanto homens quanto mulheres, do mesmo município. A maioria das mulheres estava acompanhada de seus maridos e familiares. Não se percebeu nenhuma segmentação de gênero. Entretanto, em função do espaço físico e da quantidade de pessoas este grupo de trabalho foi bastante tumultuado.

QUADRO 8: PARTICIPANTES DO GRUPO DE TRABALHO “PESCA DE MAR ABERTO”

Categoria	HOMENS	MULHERES	TOTAL	ORIGEM
Pescadores e aquicultores	68	23	91	Shangri-lá, Barrancos, Guaratuba, Ipanema, Ilha do Mel e matinhos
SEAP	0	0	0	
Universidade (professores e estudantes)	1	4	5	CEM-UFPR
ONG's	0	0	0	
Outros	2	1	3	Assessora da Selma Chons e EMATER

Com relação às pessoas ativas (que são aquelas que interferem na dinâmica por meio de perguntas e colocações) nas discussões é possível perceber que apenas 17 participantes dos 91 presentes se manifestaram (18,7% dos participantes). Quanto a participação ativa de homens e mulheres percebe-se uma similaridade: do total de mulheres, apenas 17,4% se manifestaram, enquanto do total de homens, apenas 19,12% se manifestaram. Estes números demonstram que há uma equidade na participação ativa entre homens e mulheres vinculados à pesca.

Dentro dos grupos explicitaram-se posturas autoritárias, o que dificultou um debate democrático. A falta de uma disciplina nos debates coletivos, em que as pessoas respeitam-se mutuamente, dificultou demasiadamente a discussão. Conversas paralelas, repetições das questões e pressa nas discussões são fatores negativos na elaboração de um consenso em grupo.

As questões discutidas em cada subgrupo foram entregues aos moderadores, os quais fizeram um trabalho de compilação para elegerem cinco prioritárias. Todas as questões levantadas pelos participantes forma agrupadas na Quadro 7.

Dentre as questões escritas em cada sub-grupo várias se repetiam. Portanto, mensuramos a frequência de ocorrência, de modo a analisar quais delas são mais significativas para os pescadores de mar aberto, ou seja, pescadores da plataforma continental rasa ou interna. Das 19 questões elencadas pelos participantes deste grupo, 5 foram eleitas como prioritárias

As 5 questões escolhidas como prioritárias:

1. Retorno do antigo defeso
2. Reconhecimento das mulheres como profissionais da área
3. Licença de Pesca
4. Fiscalização
5. Plano de saúde

Estas foram as questões eleitas por este grupo e que, teoricamente, deveriam ser levadas e defendidas pelos delegados do Paraná na Conferência Nacional. No capítulo posterior, em que será analisado a Conferência Nacional, observar-se-á que tais discussões não foram defendidas com vigor pelos delegados.

QUADRO 9 QUESTÕES LEVANTADAS PELOS PESCADORES NO GRUPO DE “MAR ABERTO”.

Principais questões levantadas pelos pescadores do grupo "mar aberto"	SOMA	%
Aprovação da lei da pesca no senado	2	3,13
Áreas exclusivas para a pesca artesanal	1	1,56
Capacitação dos filhos dos pescadores	1	1,56
Delimitação das malhas das redes no período da safra do camarão branco (nome científico)	4	6,25
Delimitação das milhas para embarcações industriais	2	3,13
Demarcação da primeira milha	1	1,56
Desconto para os pescadores nas contas de água e luz e na compra de gás de cozinha, remédios, apetrechos de pesca e óleo lubrificante	1	1,56
Dificuldades em conseguir subsídios do governo (Pronaf, Prófrota, etc.)	3	4,69
Espaço político aos pescadores em encontros da área	1	1,56
Falta de fiscalização eficiente: Os órgãos ambientais (IAP e IBAMA) são mais severos com os pequenos pescadores. Penas alternativas.	7	10,94
Fiscalização das colônias em relação aos pescadores amadores	1	1,56
Licença de pesca	12	18,75
Melhores condições de beneficiamento e venda do pescado (subsídio)	4	6,25
O retorno do antigo defeso	9	14,06
Participação de políticos locais (vereadores e prefeitos) no encontros da pesca	2	3,13
Plano de saúde para os pescadores	2	3,13
Reconhecimento da mulher como profissional da área	9	14,06
Subsídio no óleo diesel	1	1,56
Seguro defeso	1	1,56
SOMA	64	100,00

No que diz respeito às questões conflitantes, observou-se que não houve um incentivo ao debate, sendo que em muitos casos ficou nítida a tentativa de “abafá-las”. Como é o caso da polêmica questão da mudança do defeso, que teve maior expressividade e manifestação por parte dos participantes. Os moderadores não conseguiram conduzir a discussão deste tema de maneira ordenada e produtiva, o que se evidenciou na interferência dos técnicos da SEAP

Este momento da discussão foi bastante confuso e controverso. Enquanto os pescadores estavam aflitos, estes técnicos da SEAP intervieram na discussão, com a Portaria do IBAMA relativa à mudança do defeso em mãos. Então a discussão se polarizou ente quatro pescadores no máximo. Os demais ficaram a margem desta discussão. Minutos depois, os pescadores comentavam que não houve nenhuma mudança do defeso e que esta questão tinha acabado de ser esclarecida pelos técnicos da SEAP. O que se observou na sequência, foi um apaziguamento desta discussão. Muitos dos pescadores passaram a declarar que o defeso tinha retornado a sua formatação anterior. Entretanto, esta colocação é falsa, pois não houve realmente o retorno para o antigo defeso. Tal decisão está fora da alçada da SEAP, cabendo ao IBAMA, que é o atual órgão gestor da pesca, alterar o defeso. Desta confusão, é possível fazer duas especulações:

- Ou os pescadores não compreenderam o que os técnicos da SEAP argumentavam
- Ou a intenção dos técnicos foi de “acalmar” os pescadores, se utilizando desta confusão.

Portanto, não se sabe ao certo o que realmente aconteceu neste momento. Dias depois, em uma outra ocasião, fora do evento, houve uma reunião na colônia dos pescadores de Pontal do Paraná envolvendo os pescadores deste município e de matinhos, juntamente com um técnico do IBAMA de Paranaguá.(este tema será abordado mais adiante) Na verdade, a contragosto dos pescadores presentes, se mantinha a mudança do defeso.

No final da dinâmica deste grupo de trabalho estava previsto a escolha dos delegados da Conferência Nacional. Pela fala dos moderadores, a escolha deveria ser de forma democrática. Entretanto, a escolha não se deu desta maneira. Os moderadores perguntaram para cada sub-grupo quem que seria o delegado. Os presidentes de colônias e pessoas ligadas a eles se auto-elegeram, e os outros acataram frente ao argumento de sua autoridade ou representatividade formal. Entretanto, as pessoas que tinham se destacado nas discussões, tanto pela clareza quanto pela combatividade, poderiam defender perfeitamente tais demandas na Conferência Nacional, mas acabaram ficando de fora. Deste modo, não houve uma escolha democrática dos delegados. Entretanto, neste momento, algumas mulheres reivindicaram a participação feminina na delegação em pelo menos 30%. Não houve nenhuma reação contrária por parte de ninguém. Sendo assim, ficou definida esta proposta das mulheres.

De maneira geral, a escolha dos representantes ocorreu de maneira apressada. Não houve tempo suficiente para que houvesse uma escolha mais democrática. Neste momento, apenas uma minoria estava presente, em função do desgaste físico e psicológico do evento. Se a organização do evento tivesse privilegiado os grupos de trabalho, em detrimento das palestras políticas, então o evento poderia ter acontecido em um dia apenas, evitando fadiga e desgastes dos participantes de evento. Consequentemente, eles teriam mais “fôlego” para esta etapa final, lembrando que os pescadores de maneira geral não estão habituados a discutir as principais questões do setor em instâncias pré-programadas, que é o caso de uma conferência.

Em síntese:

- Houve pouco espaço de real participação dos pescadores neste evento, o que é um paradoxo, pois, em tese, era o que esta conferência estava destinada.
- Priorizou-se demasiadamente a aquicultura. Este fato demonstra que há um anseio por parte dos técnicos da SEAP em desenvolver este ramo em detrimento da pesca.
- Destinou-se pouco tempo para os grupos de trabalho, que era o momento principal do evento.
- Faltou preparo aos moderadores dos grupos de trabalho.
- O objetivo prioritário da Conferência não foi a questão da pesca e nem da aquicultura, dos quais o governo já sabia quais os principais problemas e reivindicações, mas sim o uso desta instância para fins de propaganda eleitoral. Isto se explica pelo fato de se gastarem duas manhas em discussões de políticas estaduais e municipais

Consequentemente foi possível perceber a manifestação de protesto e de desacordo por parte de alguns participantes. Um dos pescadores presentes alegou que os temas em discussão já haviam sido debatidos na 1ª Conferência Estadual, ocorrida em Curitiba no ano de 2003, e os problemas ainda eram os mesmos. Desta forma, se questiona a eficiência destas instâncias. Outros participantes concordaram com ele.

5.2.4 REUNIÃO NA COLÔNIA DOS PESCADORES

Outra instância onde foi possível observar a atuação dos pescadores artesanais da costa sul do litoral. Consistiu em uma reunião realizada com um técnico do IBAMA de Paranaguá, convocado para o esclarecer a mudança do defeso da pesca do camarão. A reunião ocorreu no dia 8 de março, na sede da Colônia dos Pescadores de Pontal do Paraná, uma semana após a realização da 2ª Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca e antes da Conferência Nacional. Além das lideranças do município estavam presentes os líderes do município de Matinhos-PR.

De acordo com este técnico, ele não teve participação na mudança do defeso, chegando a alegar que em nenhum momento foi consultado sobre este assunto. Então os pescadores ficaram “perdidos”, pois o técnico do órgão que emitiu esta portaria não estava ciente desta medida. Assim, eles estavam numa situação em que não havia para quem reclamar sobre esta instrução normativa. Alguns deles chegaram a levantar hipótese de chamar a televisão para fazer uma denúncia. A idéia era chamar a rede Globo para que filmasse o produto de uma pescaria normal, onde viriam os diferentes tipos de camarão misturado, como forma de mostrar que é impossível proibir a pesca de de uma espécie somente, permitindo a do outro, de forma que o novo defeso, na prática, seria a falta de defeso. Entretanto nada disto se concretizou.

5.2.5. A MOBILIZAÇÃO NA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

5.2.5.1 ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Nos dias 14 a 16 de março, na cidade de Luziânia-GO a SEAP realizou a 2ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca com o tema: *Consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca*. Está conferência contou com a participação dos conselheiros e conselheiras do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca e dos delegados e delegadas escolhidos em conferências e estaduais, representando o setor da pesca e aqüicultura. O objetivo do evento foi fomentar a discussão sobre os principais temas ligados ao setor.

QUADRO 10 PROGRAMAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

PROGRAMAÇÃO 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA			
13/3/2006 SEGUNDA-FEIRA		15/3/2006 QUARTA-FEIRA	
14:00h	Chegada das delegações e início do credenciamento dos delegados(as) e convidados(as)	06:00 às 08:00h	Café da manhã
19:00h	Jantar na CTE/CNTI	08:00h	Grupos de trabalho
20:00h	Intercâmbio das delegações	11:00h	Lanche
		11:15h	Grupos de trabalho (continuação)
14/3/2006 TERÇA-FEIRA		13:00h	Almoço
06:00 às 08:00h	Café da manhã, na CTE/CNTI	14:00h	Grupos de trabalho (continuação)
08:00h	Transporte dos delegados(as) da CNTI até Brasília	16:00h	Lanche
09:30h	Abertura oficial da 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, no espaço Marina Hall, em Brasília	16:15h	Grupos de trabalho (continuação)
12:00h	Encerramento	20:00h	Confraternização
12:30h	Transporte dos delegados(as) de Brasília até CTE/CNTI	16/3/2006 QUINTA-FEIRA	
13:30h	Almoço na CTE/CNTI	06:00 às 08:00h	Café da manhã
15:00h	Informes da Coordenação da 2ª CNAP	08:00h	Plenária Final
15:30h	Apresentação e aprovação do Regulamento Interno	10:30h	Lanche
16:30h	Lanche	10:45h	Plenária Final (continuação)
17:00h	Apresentação e balanço das Políticas de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca para o Brasil, pela SEAP/PR	13:00h	Continuação
18:30h	Apresentação do Caderno de emendas e montagem dos grupos de trabalho	14:00h	Plenária Final (continuação)
19:00h	Jantar	17:00h	Encerramento 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e pesca
20:00h	Reuniões livres - setoriais, por Estados, Regionais, por categorias sociais, por temas, etc.	19:00h	Jantar

O evento foi estruturado em três grandes frentes de trabalho: pesca artesanal, pesca industrial e aquicultura. Basicamente, dentro deste primeiro grupo se inseriram as demandas relativas à pesca extrativa costeira, estuarina e de água doce. No segundo grupo se discutiu as demandas da pesca costeira e oceânica principalmente. Já no terceiro grupo se discutiu demandas relativas à maricultura e aquicultura.

Em função de a maioria dos delegados serem pescadores artesanais, o grupo da pesca artesanal se dividiu em 20 subgrupos de trabalho, sendo que cada um trabalhou no mesmo documento, que foi a compilação das propostas oriundas das edições estaduais. Em relação às outras frentes, pesca industrial e aquicultura, houve um grupo de trabalho para cada setor. A dinâmica se procedeu da seguinte forma: em todos os grupos de trabalho foi lido o documento base, que continha as principais demandas do setor, separados pelos mesmos critérios dos grupos de trabalho. Tais demandas foram obtidas nas Conferências Estaduais. Portanto, cada grupo de trabalho trabalhava nas suas respectivas demandas. No último dia do evento ocorreu a plenária final, cujo objetivo foi validar estas demandas dos pescadores(as) e aquicultores(as) do Brasil, por meio da leitura, discussão e votação de todo o documento-base.

Três membros do Laboratório Sócio-ambiental estiveram presentes como observadores e participantes, acompanhando a delegação do Paraná, que estava composta por pescadores artesanais e aqüicultores do litoral do Paraná e do interior. A clivagem entre pescadores artesanais do litoral e aqüicultores do interior foi nítida, o que dificultou um maior entrosamento. Diferenças culturais, técnicas e sócio-econômicas contribuíram para limitar a integração da delegação.

Apesar de a delegação ter sido conduzida por funcionários da SEAP, não havia nenhuma liderança exercida por pescador ou aqüicultor responsável por organizar as principais demandas e definir estratégias de ação na conferência. Tal função foi voluntariamente assumida por um funcionário da CONAB-EMATER.

Porém, em conversas individuais com estes delegados foi possível levantar as suas principais reivindicações, dos pescadores artesanais de mar aberto do Paraná:

- questão da mudança do defeso, retornando o antigo
- carteira profissional de pescador para homens e mulheres, como forma de reconhecimento de seus direitos
- recifes artificiais para o manejo da pesca, como forma de aumentar a produtividade na pesca
- questão da aposentadoria para os pescadores
- licenças de pesca do camarão

Diferentemente do Paraná, outras delegações, tais como a do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e do Pará demonstraram estarem mais preparadas para defenderem as propostas de seus estados, demonstrando maior integração e maior cobrança das reivindicações. Na chegada do evento, foi possível observar a movimentação e a articulação destas delegações, por meio das reuniões realizadas fora dos grupos de trabalho, o que demonstra empenho e mobilização coletiva. No caso do estado do Paraná, não se observou um real empenho de articulação e discussão das demandas levantadas na Conferência Estadual.

Além das demandas previamente discutidas no Paraná, a delegação poderia aproveitar este momento, de grande visibilidade, para manifestarem energicamente a questão do defeso e do direito das mulheres, cujo processo de reivindicação já havia sido iniciado. Logicamente, neste local, a possibilidade de que suas demandas fossem, no mínimo, “ouvidas” é bem maior

do que expressá-las de maneira semelhante no Paraná. Portanto, a delegação paranaense perdeu um importante momento para a defesa de seus interesses coletivos, comprometendo a continuidade das bandeiras levantadas nos eventos estaduais

Não havia uma união interna dentro da delegação, tendo em vista a heterogeneidade observada neste grupo. Porém, mesmo entre os pescadores marítimos artesanais não foi possível observar nenhuma estratégia de ação, bem como objetivos em comum acordo. Muitos delegados do Paraná não cumpriram efetivamente o papel de representantes. A única liderança que surgiu dentro desta delegação foi exercida por um técnico da SEAB-EMATER, que realizou reuniões internas dentro do evento para que se discutissem as propostas contidas no caderno de resoluções do evento que seriam discutidas na plenária final.

Pela programação do evento, foi destinado o último dia inteiro para este momento final. A delegação do Paraná não questionou sequer um ponto das resoluções que estavam para ser aprovadas, diferentemente das delegações do Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que em vários momentos questionaram e discutiram o que estava sendo votado.

Ao final desta extensa plenária, chegou-se no documento contendo a proposta dos pescadores do Brasil. Aparentemente, a intenção do Governo Federal é utilizar tais demandas para a elaboração de políticas públicas voltadas para este setor.

5.2.5.2 A MOBILIZAÇÃO DAS PESCADORAS E INTEGRAÇÃO DAS DELEGADAS DO PR

Em relação as mulheres, elas demonstraram uma postura completamente diferente. No primeiro dia do evento elas estavam reunidas com pescadoras e aquícultoras de outros estrados para discutir estratégias de ação na reivindicação de suas demandas. Também se observou uma manifestação organizada na abertura da Conferência., em função do pedido negado de permissão a fala de uma das mulheres Então, as demais se solidarizaram e iniciaram a manifestação. Além desta demanda, elas também faziam as seguintes reivindicações:

1. Uma mulher representante do movimento da Articulação Nacional falasse na cerimônia de abertura e encerramento.

2. Participação de pelo menos 30% de mulheres nas mesas de cerimônias e coordenação de debates.
3. Que esta exigência fosse adicionada no regimento interno da Conferência.
4. Integrar no documento da Conferência uma emenda que exigisse o reconhecimento de todos os trabalhos das mulheres relacionados com a pesca, concedendo carteira profissional e demais direitos trabalhistas.
5. Integrar neste documento as Resoluções do Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca de 2004, legitimando e reafirmando seus direitos.

E para que se concretizassem estas reivindicações, a estratégia utilizada por estas mulheres consistiu em redigir uma emenda que contemplasse tais demandas e coletar o mínimo de assinaturas necessárias (155 assinaturas, que corresponde a 10% dos delegados) para aprová-la. Foram juntadas 200 assinaturas entre meia noite e às nove horas da manhã do dia seguinte. Desta forma a emenda se integrou ao documento e foi discutida nos trabalhos de todos os grupos e na plenária final. Em ambas as instâncias ela foi aprovada.

Uma outra ação se realizou a partir da existência de um projeto de lei que reconhece os direitos trabalhistas das mulheres vinculadas à pesca, elaborado por três deputados e recentemente apresentado no parlamento. A questão principal se refere à falta de reconhecimento do trabalho exercido pelas mulheres vinculadas à pesca. Este projeto está dependendo da aprovação de uma nova lei da pesca, que muda o conceito de “pescador”. Mas essa nova lei está há dez anos para ser aprovada.

Para que houvesse o respaldo deste projeto nos tramites legais para sua aprovação, as mulheres elaboraram uma moção de apoio e coletaram 800 assinaturas num período de três horas. A moção, juntamente com as 800 assinaturas, foi entregue a mesa na plenária final do evento, sendo lida e aprovada por aclamação geral da plenária.

No final do evento, aproveitando a representatividade nacional e a alta mobilização desenvolvida, elas decidiram fundar a Articulação das Mulheres trabalhadoras da Pesca, tendo como primeiro objetivo a integração no CONAPE (Conselho Nacional da Pesca). O primeiro encontro oficial desta organização ficou marcado para o mês seguinte, em Recife-PE, nos dias 8 e 9 de abril.

De acordo com PIERRI & CHANG (2006), neste encontro se definiram os principais

objetivos desta Articulação:

- Fortalecimento da identidade de pescadora contra a discriminação de qualquer tipo;
- Obtenção de direitos trabalhistas e previdenciário;
- Acesso à saúde, educação e moradia
- Acesso à terra e água
- Lutar pela preservação dos recursos, por um defeso adequado, pela não transposição do Rio São Francisco, pelo combate ao avanço da carcinicultura e de outros grandes projetos prejudiciais (barragens, poluição, etc).

No geral, é possível observar a existência de formas de organização e ação coletiva entre os pescadores de Pontal do Paraná, bem como entre os pescadores do litoral paranaense. Entretanto, se compararmos com outras regiões do país, tais como o Norte e o Nordeste, percebe-se que o movimento dos pescadores artesanais destes locais, parece ser mais articulado e organizado, conforme descrito por SILVA (2004) e LIMA (2002)

Apesar dos pescadores do Paraná e dos pescadores do Nordeste basicamente, exercerem a mesma atividade, diferenças étnicas, culturais, matérias e históricas parecem determinar estas diferentes formas de atuação e mobilização.

No caso dos pescadores do sudeste do país, BRETON & CAVANAGH (2005) demonstraram que existe uma influência direta de outros grupos organizados, tais como as ONG's na conscientização dos pescadores locais.

Se observarmos somente os pescadores do litoral paranaense, é possível também que haja diferenças nestas estratégias coletivas. Entretanto, neste estudo, aparentemente não foi possível constatar-las.

A grande maioria dos eventos de mobilização dos pescadores artesanais não ocorreu de forma coletiva e planejada, com objetivos claros e estratégias definidas. O que se observa é a atuação individual de algumas lideranças que, por vontade própria, reivindicam seus direitos e de sua categoria.

Como é o caso da luta pelo reconhecimento das mulheres na atividade pesqueira. Na II Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca realizada em Praia de Leste-PR houve um evento de mobilização por parte dos pescadores artesanais litorâneos. Mas foi liderado por uma pescadora, o que é exceção em relação aos demais, por possuir uma capacidade de luta

organização. No caso da reivindicação do antigo defeso que, de fato, mobilizou os pescadores litorâneos, parece ter havido influência individual de algumas lideranças. Isto, de certa forma se aplica, tendo em vista a não retomada desta questão na II Conferência Nacional, o que parece indicar a inexistência de uma consciência coletiva de classe.

De acordo com as amostragens realizadas por este estudo, principalmente na participação da 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, as atitudes de reivindicação demonstradas pelas lideranças da delegação paranaense foram quase nulas. Não houve a elaboração de estratégias de ação na luta das demandas levantadas na Conferência Estadual.

É possível encontrar algumas prováveis explicações desta desmobilização coletiva. Primeiramente, o fato da atividade pesqueira se caracterizar como uma atividade extrativista, o que faz com que haja uma competitividade entre os pescadores e parece dificultar a existência de uma consciência coletiva.

Outro possível fator refere-se ao desconhecimento das suas necessidades enquanto grupo, ou classe. Parece não haver uma forte identificação de uns com os outros, o que, teoricamente, seria o primeiro passo para a formação e organização de um grupo: afinidades em comum.

As relações paternalistas existentes entre governantes locais e representantes dos pescadores podem comprometer a independência política e fragmentar o grupo. Pela análise histórica da formação das Colônias de Pesca, SILVA (1991) demonstrou claramente relações de paternalismo, que escondem autoritarismos nas relações entre os associados.

No caso de Pontal do Paraná, é nítida esta situação paternalista entre os pescadores e os governantes locais, tendo em vista a dependência da Colônia dos Pescadores em relação à Prefeitura local, que além de ceder o espaço para o funcionamento regular das atividades, remunera o Presidente e mais um funcionário. Consequentemente gera-se uma dependência financeira e política, o que pode dificultar um entrosamento coletivo.

Além destas práticas paternalistas, que não necessariamente podem ser consideradas maléficas para o conjunto de pescadores, existem práticas mais danosas que são os “clientelismos”, em que um Presidente da Colônia “compra” algumas pessoas, ou é “comprado” por um político, com o intuito de manter um “curral eleitoral”. Tais mecanismos estão impregnados na política local dos municípios litorâneos, podendo influenciar negativamente a existência de uma consciência coletiva entre os pescadores litorâneos paranaenses.

Aparentemente, as bases materiais são fatores predominantes no potencial organizativo de determinado grupo de pescadores, pois são elas que parecem determinar as relações sociais entre esses atores, como é o caso da rivalidade existente entre Pontal do Sul e os demais balneários. Pelo fato de diferenças geográficas influenciarem as bases materiais dos apetrechos, então passa a existir uma competição desigual, que estimula o sentimento individualista entre os pescadores.

Independentemente de haver ou não práticas paternalísticas e/ou clientelísticas, para que, de fato, exista um movimento coletivo, primeiramente há a necessidade dos pescadores incorporarem a ética de grupo. Em seguida, a partir dessa consciência coletiva, devem ser identificados os problemas comuns possibilitando a construção de estratégias de mobilização e de luta, com base em objetivos claros e viáveis. Basicamente, são estes os passos para que se constitua uma atuação coletiva visando o bem comum.

6. CONCLUSÕES

Este estudo possibilitou vislumbrar a recente articulação dos pescadores artesanais de Pontal do Paraná. Todavia, por ser um tema pouco pesquisado, há a necessidade de maiores informações para elucidar e compreender os mecanismos responsáveis pela atuação política destes pescadores.

Por se tratar de um tema interdisciplinar, que envolve a participação de oceanógrafos, biólogos, sociólogos e economistas, também é necessária a adoção de metodologias padronizadas, o que facilitaria compreender e comparar a influência destes diferentes mecanismos em escala nacional. Assim, haveria uma maior chance de resolução dos principais problemas enfrentados pelos pescadores artesanais do Brasil, por meio das políticas públicas direcionadas a este setor.

Apesar de estes problemas terem causas semelhantes, ficou nítido que as atitudes voltadas para a defesa dos interesses coletivos não são as mesmas, o que enfraquece a formação de um movimento político que possa beneficiar estes trabalhadores e influenciar as a elaboração destas políticas públicas.

A formação de sindicatos, como ocorre no norte do Brasil, parece ser uma forma de fortalecimento do grupo como um todo, o que é importante para assegurar os direitos e benefícios trabalhistas, como ocorre com outros setores produtivos. Desta forma, é possível que este movimento tenha “voz ativa” frente aos legisladores e parlamentares, possibilitando novas políticas públicas para este setor.

6.1 RUMO AO GERENCIAMENTO PARTICIPATIVO DA PESCA

Se as atuais políticas de manejo não conseguem diminuir a sobrepesca dos estoques pesqueiros, e se há uma demanda dos pescadores em participarem na concepção de planos de manejo, como mostrado nas reivindicações dos pescadores artesanais paranaenses na I Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca, então há a necessidade de se avaliar o potencial participativo destes pescadores.

Intuitivamente, parece fácil concluir que planos de manejo em que haja a efetiva participação democrática dos pescadores tenderão a ter uma maior aceitação por parte dos

usuários, se comparados com planos não participativos. Porém, se não existir um mínimo conhecimento das formas de decisão coletiva de determinado grupo de usuários da pesca, então, torna-se mais difícil a avaliação do potencial de se aplicar um plano que seja o mais participativo possível. Portanto, o conhecimento e o estímulo das formas democráticas e coletivas de organização dos pescadores artesanais pode gerar subsídio para a implementação de planos participativos.

Alguns autores defendem este tipo de abordagem, no manejo da pesca artesanal, denominado co-manejo ou co-gestão. BERKES *et al* (1991) in CARLSSON & BERKES (2005) definiram-no como o compartilhamento de poder e responsabilidade entre os governantes e os usuários locais dos recursos. Mais recentemente, POMEROY & BERKES (1997) definiram a co-gestão como um *continuum* que pode variar desde uma simples troca de informações até uma parceria formal.

CARLSSON & BERKES (2005) sintetizaram as principais definições de co-gestão encontradas na literatura e listaram três tópicos em comum:

- O conceito de co-gestão associado com o manejo dos recursos naturais;
- O entendimento da co-gestão como uma parceria entre os setores públicos e privados.
- A ênfase de que a co-gestão não é algo fixo e imutável, mas sim um contínuo processo de aprendizagem e adaptação.

Para esses autores, nos sistemas de co-gestão, a resolução dos problemas deve ser compreendida como uma parceria entre todos os agentes envolvidos na extração dos recursos, que compreendem os usuários, técnicos da fiscalização, cientistas e representantes das ONG;s, cujas soluções para os problemas devem ser entendidas como tentativa e erro, em que as principais linhas de ações devem ser testadas e avaliadas.

Portanto, trata-se da criação de um espaço político entre usuários e fiscalização, na busca de conhecimento e habilidades necessárias para a resolução dos problemas.

A divisão de poderes e responsabilidades não necessariamente é o objetivo principal, mas sim o resultado de um contínuo processo, embasado na troca de informações e no aprendizado mútuo (CARLSSON & BERKES, 2005).

Sendo assim, somente o empoderamento²² dos pescadores nos futuros planos de manejo não é a solução dos problemas de gestão, mas sim o resultado de um processo de constante aprendizagem e adaptação, o que vai muito além dos moldes tradicionais de gerenciamento pesqueiro. Como por exemplo, no caso da mudança do defeso da pesca de arrasto motorizado, que aparentemente obedece aos padrões de reprodução e de recrutamento das espécies de camarão. Entretanto, se os pescadores canoeiros pudessem dar a sua contribuição nestas medidas de proteção aos estoques pesqueiros, então seria possível, de certa forma, “conciliar” os interesses da preservação e da extração. É claro que a atividade pesqueira *per se* impacta o ambiente, cuja sustentabilidade provavelmente não passa de um mito. Porém, quando se delega o poder de decisão sobre determinado plano de manejo para os usuários, é possível que aflore um sentimento de responsabilidade pelos recursos, o que pode colaborar na sua conservação.

²² Significa delegar poder para um determinado grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, B., **Odisséia numa Jangada**. Revista Nossa História. Editada pela Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ Ano 1/ N°8, junho, 2004

ANDRIGUETTO FILHO, J.M., **Sistemas Técnicos de Pesca e suas Dinâmicas de Transformação no litoral do Paraná, Brasil**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Université de Bordeaux II, Curitiba, 254 p + anexos. 1999.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; CHAVES, P. T.; SANTOS, C. E S. A. LIBERATI. **Diagnóstico da pesca no estado do Paraná**. Publicação Especial do Programa Instituto do Milênio, MCT, Projeto RECOS, Modelo Gerencial da Pesca. Revista Atlântica, Rio Grande, 2004

BAQUERO, M., **CONSTRUINDO UMA OUTRA SOCIEDADE: O CAPITAL SOCIAL NA ESTRUTURAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA PARTICIPATIVA NO BRASIL** Rev. Sociol. Polít., UFPR. Curitiba, 21, p. 83-108, novembro. 2003

BERKES F., Mahon R., McConney P., Pollnac R.B., & Pomeroy R.B. **Managing Small-scale Fisheries, Alternative Directions and Methods**. International Development Center Research - IDCR, Canada. 320pp.2001

_____. & Carlsson L. **Co-management: Concepts and Methodological Implications**. Journal of Environmental Management, pp 65–76, 2005.

BRETON Y. & CAVANAGH J., **Mobilização de Pescadores e Política Municipal em São Sebastião** in: DIEGUES A. C. S. Enciclopédia Caiçara: O Olhar Estrangeiro. Volume III. São Paulo. Hucitec. Nupaub-usp, 2005

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 www.presidencia.gov.br (acessado em 13/11/06)

CARDOSO, E. S., **PESCADORES ARTESANAIS: NATUREZA, TERRITÓRIO e MOVIMENTO SOCIAL** Tese de Doutorado em Geografia Física. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-FFLCH. Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 143p. 2001

CEPESUL-IBAMA <http://www.ibama.gov.br/cepsul/> (acessado em 20/03/20006)

COLECTIVO INTERNACIONAL DE APOYO AL PESCADOR ARTESANAL - CIAPA, **Samudra** Informe Triannual n° 41, julio 2000

_____. **Samudra** Informe Triannual n° 37 marzo 2004

_____. **Samudra** Informe Triannual n° 39, noviembre 2004

_____. **Samudra** Informe Triannual n° 40, marzo 2005

COMISSÃO PASTORAL DA PESCA, **Boletim do CPP** ano II - N° 2 CNBB, Salvador-BA, abril. 2004

CONFEDERACIÓN NACIONAL DE PESCADORES ARTESANALES DE CHILE – CONAPACH www.conapach.ch (acessado em 07/11/06)

CORRÊA, M.F.M., LEMOS, P.H. de B. & AGUIAR, C.R.Z. **A Pesca Artesanal da Tainha no Litoral do Estado do Paraná**. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura, Universidade Federal do Paraná, 70p. 1993

DIEGUES, A.C.S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Ática: São Paulo, 287p. 1983

_____. **A Pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesca**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 315p. 2004.

DIEGUES, A.C.S., CARDOSO E. S., **Populações Litorâneas, Movimentos Sociais e Ecossistemas da Costa Brasileira**. Centro de Culturas Marítimas, USP 1992

FAO, **The State of World Fisheries and Aquaculture**. FAO, Rome. 2004

FEDERACIÓN DE INTEGRACIÓN Y UNIFICACIÓN DE LOS PESCADORES ARTESANALES DEL PERÚ www.fiupap.org (acessado em 07/11/06)

HUPPERT, D.D., **An Overview of Fishing Rights** Reviews in Fish Biology and Fisheries 15 :201–215, 2005

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE - ILO **Conditions of work in the fishing sector - A comprehensive standard (a Convention supplemented by a Recommendation) on work in the fishing sector**. International Labour Conference 92nd Session. Geneva, Switzerland, 2004

INTERNATIONAL COLLECTIVE IN SUPPORT FISHWORKERS <http://www.icsf.org> (acessado em 07/11/06)

KALIKOSKI, D. C., **The Forum of the Patos Lagoon: an Analysis of Comanagement Arrangement for Conservation of Coastal Resources in Southern Brazil**. Doctor of Philosophy in The faculty of Graduate Studies Program of Resource Management and Environmental Studies. The University of British Columbia. 2002.

LIMA, M. do C. de, **COMUNIDADES PESQUEIRAS MARÍTIMAS NO CEARÁ: Território, Costumes e Conflitos**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-FFLCH. Universidade de São Paulo-USP. São Paulo. 2002

Mathew, S., **Small-scale Fisheries Perspectives on an Ecosystem-based Approach to Fisheries Management** International Collective in Support of Fishworkers (ICSF), Chennai, India FAO. Responsible Fisheries in the Marine Ecosystem (eds M. Sinclair and G. Valdimarsson), 2003

MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES – MONAPE, **Pescando e Lutando** 5º Encontro Nacional dos Pescadores, São Luis-MA, dezembro de 1991

_____. **Pescando e Lutando**. Ano II Nº 2. Movimento Nacional dos Pescadores. São Luis-MA, junho, 1994

MOREL, Edmar. **Vendaval da liberdade: a luta do povo pela abolição**. São Paulo: Global. 1988

O LEME, **Informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores** ano XXIV – Nº 143 – CNBB, Olinda, abril, 2000

_____. **Informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores** ano XXIV – Nº 144 – CNBB, Olinda, junho, 2000

_____. **Informativo do Conselho Pastoral dos Pescadores** ano XXIV – Nº 146 – CNBB, Olinda, novembro, 2000

PAULY, D., CHRISTENSEN, V., GUÉNETTE, S. PITCHER, T.J., SUMAILA, U. R., WALTERS, C.J., WATSON, R. & ZELLER, D. 2002 **Towards Sustainability Gin World Fisheries** Nature Vol 418 August 2002

PIERRI, N. & CHANG. M. Y., **Capacity Building Action-Research for Women in Fishing Communities in the Coast of Paraná-Brazil**. Women & The Sea Programme. International Oceans Institute IOI - progress report, 2006

PAIVA, M.P., **Fundamentos da Administração Pesqueira**. Brasília, DF: Editerra,. 157p. 1986

PAIVA, M.P. **Recursos Pesqueiros Estuarinos e Marinhos do Brasil**. Fortaleza: EUFC,. 278p. 1997

RICHTER, G. O., **Pesca e aquíicultura**. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB. Departamento de Economia Rural Divisão de Conjuntura Agropecuária – DCA, 2000

RODRIGUES, A.T. **Ciclos de Mobilização Política e Mudança Institucional no Brasil**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 17, p. 33-43, nov. 2001.

ROUGEULLE, M.D. **La Crise de la Peche Artisanale: Transformation de l'espace et Destructuration de l'activite – le Cas de Guaraqueçaba, Paraná, Brésil**. These de doctorat de L'Universite de Nantes. UFR de Géographie, 1993, 410p.

SOUTH INDIAN FEDERATION OF FISHERMEN SOCIETIES – SIFFS www.siffs.org
(acessado em 07/11/06)

SILVA, L.G. **Os Pescadores na História do Brasil**. Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores, 1988, 222p.

_____. **Pescadores, Militares e Burgueses: Legislação Pesqueira e Cultura Marítima no Brasil (1840 – 1930)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1991.

_____. **Caiçaras e Jangadeiros: Cultura Marítima e Modernização no Brasil (1920 – 1980)**. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - NUPAUB. USP, São Paulo, 2004.

SIRY, B. **A Pastoral no Mundo da Pesca**. Revista Vida Pastoral – março-abril: Comissão Pastoral dos Pescadores, p19-25. Confederação Nacional de Bispos do Brasil CNBB, 1991

SPARRE, P.; VENEMA, S.C., **Introdução à avaliação de peixes tropicais**. Parte 1 – manual. Roma: FAO. Documento técnico sobre as pescas, n.306/1, 404p. 1997

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A. C. S.; SALES, R. R. de. **Relatório Integrado: Diagnóstico da Pesca Artesanal no Brasil como Subsídio para o Fortalecimento Institucional da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.** PNUD/SEAP, Versão preliminar. No prelo.

VIEIRA, P. F. & WEBER, J., **Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável.** p.17-49. *in*: VIEIRA, P. F. & WEBER, J., 2000. Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental, 2000.

ANEXOS

ANEXOS 1 - ART. 8º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

ANEXOS 2 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 91, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AM-BIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº230, de 14 de maio de 2002 e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº221, de 28 de fevereiro de 1967; e,

Considerando o disposto no Decreto nº5. 583, de 16 de novembro de 2005;

Considerando o que consta do Processo IBAMA/SC Nº02026. 001828/2005 -35, resolve:

Art. 1º Proibir, anualmente, no período de 1º de outubro a 31 de dezembro, o exercício da pesca de arrasto com tração motorizada para a captura de camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), na área compreendida entre os paralelos 18º20'S (divisa dos estados da Bahia e Espírito Santo) e 33º40'S (Foz do Arroio Chuí, estado do Rio Grande do Sul).

Parágrafo único. O desembarque da espécie mencionada no caput deste artigo será tolerado somente até o terceiro dia útil após o início do defeso.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas que atuam na captura, conservação, beneficiamento, industrialização ou comercialização de camarões da espécie estabelecida no Art. 1º desta Instrução Normativa, deverão fornecer às Gerências Executivas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, até o sexto dia útil, a partir do início do defeso estabelecido no art. 1º desta Instrução Normativa, a relação detalhada do estoque desta espécie existente até o terceiro dia útil após o início do defeso, indicando os locais de armazenamento, conforme consta no Anexo 1 desta Instrução Normativa.

Art. 3º Proibir, durante o período estabelecido no caput do art. 1º desta Instrução Normativa, o transporte interestadual, a estocagem, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer volume de camarão da espécie proibida, sem a comprovação de

origem do produto, conforme formulário de guia que consta no Anexo 2 desta Instrução Normativa, a ser obtido junto a unidade do IBAMA mais próxima e que deverá acompanhar o produto desde a origem até o destino final.

Art. 4º Suspende, a aplicação do Parágrafo único do art. 1º da Portaria IBAMA Nº97/97, de 22 de agosto de 1997, durante o período de defeso estabelecido no art. 1º desta Instrução Normativa.

Art. 5º Proibir a frota camaroeira, devidamente permissionada para a pesca da espécie de que trata o art. 1º desta Instrução Normativa, durante o período de defeso, de capturar outras espécies cujo esforço de pesca esteja sob controle ou aquelas listadas no Anexo II da Instrução Normativa MMA Nº5, de 21 de maio de 2004 e na Instrução Normativa Nº52, de 8 de novembro de 2005, independentemente da modalidade de pesca ou petrecho alternativos utilizados.

Art.6º Aos infratores da presente Instrução Normativa serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

D.O.U de 07/02/2006

ANEXOS 3 - QUESTIONÁRIO PARA AS LIDERANÇAS

Universidade Federal do Paraná-Centro de Estudos do Mar
Laboratório Sócio-ambiental
Pesquisa: Formas de defesa dos interesses coletivos dos
pescadores do Litoral do Paraná-PR- Ano: 2006
Entrevistas a líderes ou informantes qualificados

Formulário No: _____
Local: _____
Data: _____
Entrevistador: _____

PARTE I. DADOS DA ASSOCIAÇÃO/INSTITUIÇÃO

1. Qual é o nome da instituição que o Sr/a. representa?: _____
2. Qual é o seu nome? _____
3. Qual é o cargo que o Sr/a desempenha na associação? _____
4. Há quanto tempo ocupa este cargo? _____
(unidade) _____
5. Quais são suas funções regulares (o que faz)? _____
6. Qual o endereço da sede da instituição?
Rua _____
Localidade: _____
Município: _____ Telefone de contato: _____
7. De que vilas são os sócios de sua instituição? _____

8. Quantos pescadores existem nessa região, aproximadamente? _____
9. Em que ano se criou esta instituição? _____
10. Está registrada (tem CNPJ)? () Sim; () Não, porque?: _____

11. Quem teve a iniciativa de criá-la? _____
12. Quais foram os motivos ou objetivos de sua criação? _____

13. Quantos sócios havia naquele primeiro momento? _____
14. Apoios de quem tiveram e em que consistiu cada?
De quem _____;
Apoio: _____
De quem _____;
Apoio: _____
De quem _____;
Apoio: _____

15. Quantos sócios/membros têm hoje, aproximadamente? _____

16. Quais são os requisitos para se fazer sócio? _____

17. Quais são os requisitos para se manter como sócio? _____

18. Quantos não estão em dia? _____

19. Quais são os diferentes tipos de sócios que a instituição tem? (quadro abaixo)

20. Quantos há de cada tipo? (quadro abaixo)

TIPOS DE SÓCIOS	QUANTIDADE

21. Atualmente, cresce ou decresce a quantidade de sócios?

_____ Por que? _____

22. Quantas mulheres são sócias formais desta associação? _____

23. A partir de que momento as mulheres se fizeram sócias? _____

24. Quais foram os motivos para que elas se associaram? _____

25. Atualmente, cresce ou decresce a quantidade de mulheres sócias?

_____ Por que? _____

26. Com que instalações e recursos conta a associação?

Instalações	SIM	Recursos	SIM
Sede (local de reuniões)		Funcionários	
Local de estoque de produtos		Meios de transporte	
Local de venda (mercado)		Computador	
		Impressora	
		Fone/fax	

27. Quais são os cargos que existem na Associação e quem os ocupa (nome)? (quadro abaixo)

28. Recebe por ocupar esses cargos? () NÃO; () SIM, Quanto? (quadro abaixo)

29. Quem paga esses salários? (quadro abaixo)

Cargos	Nome	Recebe?	Quanto?	Quem paga?

30. No caso de haver funcionários pagos por outras instituições, como é que isso funciona?

31. Como se tomam as decisões?

32. Com que frequência fazem reuniões gerais?

33. Quantos associados participam, normalmente?

34. Na sua opinião, por que não participam mais pessoas? _____

35. Na historia da Associação, qual foi a maior mobilização que já realizaram? Me conta....

Objetivos:

Processo e meios utilizados

Resultados:

36. Que outras conquistas a Associação trouxe para os pescadores? (quadro abaixo)

37. Como as obtiveram? (de quem e fazendo o que)

BENEFÍCIOS	COMO OS OBTIVERAM (DE QUEM OU FAZENDO O QUE)

38. Quais as coisas principais que hoje estão querendo conquistar?

39. O que já fizeram ou estão fazendo para conquistá-las?

40. Na defesa dos interesses dos pescadores, qual é o papel da Federação de Pescadores?

41. Qual é o papel do governo local? Ajuda?

42. O Sr. conhece a existência do Movimento Nacional de Pesca? () NÃO; () SIM, Como o conheceu?

O que sabe?

43. O Sr. Conhece a existência da Pastoral de Pescadores? () NÃO; () SIM,

Como o conheceu?

O que sabe?

43. O Sr. Conhece a existência da Articulação Nacional das Pescadoras? () NÃO; () SIM,

Como o conheceu?

O que sabe?

44. O Sr. Pensa que a Associação sua deveria vincular-se com essas organizações? () NÃO; () SIM. Por que?

PARTE II. DADOS DO ENTREVISTADO E DE SEU GRUPO FAMILIAR

45. Qual a sua idade? _____

46. Onde mora?
Localidade: _____ Município: _____

47. Há quanto tempo mora neste lugar? _____

48. O Sr/a teve oportunidade de estudar? () Não; () Sim.....

Se estudou, qual o último ano de ensino formal que aprovou?

Nível: _____ Série: _____

Se tem estudos de nível terciário, de que? _____

49. O Sr. atualmente, em que trabalha?

Cargo: _____ **Tarefas que realiza:** _____

Instituição: _____ **Local:** _____

50. O Sr., atualmente, é aposentado? () Não; Sim (), de que?

51. Quais tem sido suas ocupações desde que começou a trabalhar? Período? Instituição? Local? Enquanto que?

Ocupações	Período (de que idade a que idade)	Onde trabalhava? (empresa, instituição)	Localidade	Em qualidade de que (colaborando com os pais, empregado, proprietário *)

(*) Se é proprietário, de que?

52. Aproximadamente, qual a renda mensal média de sua família? na temporada e no resto do ano ? Em temporada, : _____ Resto do ano, : _____ ()

N/S () N/R

OBSERVAÇÕES:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO-CONFERÊNCIA ESTADUAL DE PESCA 2006

Data: _____

Nome do observador: _____

I. RECEPÇÃO E CERIMONIAS INICIAIS

Instrução geral: observar tudo, tentar sentir o clima, coletar quanto material escrito esteja disponível, tomar nota, levantar dados de pessoas para que depois possamos contatar, tirar fotos.

1. Como foram recebidos os pescadores:

a. Por quem:

b. com que atitude (burocrática, gentil, preocupada, etc.):

c. quais instruções:

2. Que materiais lhes foram proporcionados?

3. Quem fala nas cerimônias iniciais (quem representando o que, atitude)

NOME	INSTITUIÇÃO	ATITUDE
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		

4. Como se compuseram as mesas (distribuição no espaço e ordem da fala-hierarquia)

5. Disposição espacial do público (por categoria, por sexo, idade?)

Primeiras filas	
Médio	
Fundo	

6. Atitude do público

6.1. Nível de atenção ou interesse da maioria: Alto () Médio () Baixo ()

Observações:

6.2. Manifestações de aprovação

De quem	Frente a que	Como

6.3. Manifestações de desaprovação

De quem	Frente a que	Como

7. Qual o clima que predomina? Tenso () Preocupado () Indiferente () Relaxado () Festivo ()

Observações:

8. Os grupos de discussão, trata-se de grupos temáticos () ou todos vão discutir todo (...)?

9. Como foram constituídos os grupos de discussão? (distribuição espontânea, mecanismo de aleatoriedade previsto pela SEAP, por região, etc.)

10. Observações complementares:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO-CONFERÊNCIA ESTADUAL DE PESCA 2006

Número do

Formulário: _____

Data: _____

Nome do

observador: _____

II. GRUPOS DE TRABALHO

NOTA: Nosso papel é de observadores. Podemos perguntar coisas para compreender melhor e, se for o caso intervir, tentar ajudar a que os pescadores expressem suas idéias e propostas; não é para dar nossas idéias.

1) Qual é o seu grupo de trabalho? _____

2) Quantas pessoas estão presentes neste grupo?

3) Aproximadamente, que quantidade de cada categoria e como se dividem entre homens e mulheres?

Categoria	TOTAL	HOMENS	MULH.	OBSERVAÇÕES
Pescadores e aquicultores				De que lugares e tipo de pesca (art., ind.)?
SEAP				Quem?
Universidade				
Professores				
Estudantes				
ONGs (Detalhe)				Que ONGs?
Outros (Detalhe)				Que outros?

4) Como o grupo está organizado espacialmente? Frontal () Roda () Misto ()

5) Por iniciativa de quem se dispus essa disposição espacial?

6) Como se posicionaram as diferentes categorias nessa disposição espacial? Especifique o lugar de homens e mulheres (Realize um croquis).

7) Como é a moderação do grupo? Sem moderador (); Um moderador (); Equipe moderadora de () pessoas

Obs:

8) A que categoria pertence/m o/s moderador/es?

9) Por quem e como foram escolhidos?

10) As questões a serem debatidas dentro do grupo são levantadas:

Pelo moderador (); Pelos participantes (); Por ambos, em uma dinâmica coletiva ()

Observações:_____

11) Como se organiza a discussão no grupo? (divisão em subgrupos, escrever em cartões, cada quem fala, etc.)

12) O moderador do grupo incentiva a participação das pessoas? Muito (); Médio (); Pouco (); Nada ()

Explique:_____

13) Em relação às questões conflitantes, como foi a conduta do moderador? Incentivou o debate () O abafou ()

Observação: _____

14) Quantas pessoas de cada categoria falam para todo o grupo? (QUADRO)

15) Quando estas pessoas ativas participam, elas falam enquanto grupo ou enquanto pessoas? (QUADRO)

	HOMEN S	MULH.	Falam enquanto grupo (qual) ou enquanto pessoas?
Pescadores			Pessoas (); Grupo () qual?; Alternado ()
SEAP			
Universidade			
Professores			
Estudantes			
ONGs			
Outros			

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO-CONFERÊNCIA ESTADUAL DE PESCA 2006

Data: _____

Nome do
observador: _____

III. VOTAÇÃO RESOLUÇÕES, E ESCOLHA DELEGADOS

Instrução geral: observar tudo, tentar sentir o clima, coletar quanto material escrito esteja disponível, tomar nota, levantar dados de pessoas para que depois possamos contatar, tirar fotos.

1. Quem coordena a votação das resoluções?

2. Como se organiza a votação das resoluções?

3. Que materiais foram proporcionados aos participantes (coletar)?

4. Qual a disposição espacial do público (por categoria, por sexo, idade?)

Primeiras filas	
Médio	
Fundo	

5. Atitude do público

5.1. Nível de atenção ou interesse da maioria: Alto () Médio () Baixo ()
Observações:

5.2. Manifestações de aprovação

De quem	Frente a que	Como

5.3. Manifestações de desaprovação

De quem	Frente a que	Como

6. Qual o clima que predomina? Tenso () Preocupado () Indiferente () Relaxado () Festivo ()

Observações:

7. Como foi organizada a escolha dos delegados?

8. Que problemas houve na escolha dos delegados?

9. Observações complementares: